

**Universidade de Lisboa**

**Faculdade de Direito**



**FACULDADE DE DIREITO**  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

# **A Adoção Internacional e o Superior Interesse da Criança**

**Rafael José Esteves Atalaio**

Mestrado Profissionalizante

Ciências Jurídico-Forenses

2017

**Universidade de Lisboa**

**Faculdade de Direito**



**FACULDADE DE DIREITO**  
**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

# **A Adoção Internacional e o Superior Interesse da Criança**

**Rafael José Esteves Atalaio**

Dissertação Orientada  
pela Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Margarida Silva Pereira

Mestrado Profissionalizante

Ciências Jurídico-Forenses

2017

Dedico esta dissertação aos meus pais, José e Olga,  
Por me ensinarem o significado de família.

## ***Agradecimentos***

Agradeço à minha orientadora, a Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Margarida Silva Pereira, pela sua incansável ajuda e disponibilidade que sempre demonstrou ao longo da elaboração desta dissertação.

Aos meus pais e irmãos, de duas e quatro patas, pelo amparo e motivação constantes.

À Ana Catarina, Carolina e Solange, as três graças, pela sua atenção e conselho.

À todos os meus amigos, de duas e quatro patas, por suportaram as minhas ausências e silêncios prolongados.

### ***Resumo***

O instituto da adoção atravessa todas as culturas e existe desde há muito, tendo desempenhado diferentes papéis ao longo dos tempos. Tal instituto tem vindo a refletir as mudanças sociais relativas ao modo como a sociedade encara as necessidades da criança, o modo de exercício das responsabilidades parentais e, as necessidades dos pais biológicos e dos pais adotivos. Este é um assunto cada vez mais relevante com o fenómeno da globalização e premência dada na sociedade contemporânea às crianças e seus direitos. Este é um assunto de hoje e para o futuro.

O presente estudo pretende abordar este instituto, já tão antigo e, em particular estudar a adoção internacional. A presente monografia tratará sobre adoção internacional numa perspetiva global, e de modo especial, na perspetiva do ordenamento jurídico português.

A forte ligação da adoção ao princípio do superior interesse da criança, princípio maior do direito da família, influencia profundamente todo o instituto jurídico, e em especial o caso da adoção internacional. A colocação de crianças em famílias estrangeiras é uma opção subsidiária, em grande parte pelas dificuldades que irão encontrar, a partir do momento de saída de seu país de origem. Dificuldades como diferenças de cultura, língua, religião, hábitos, entre outras, podendo resultar num desenraizamento cultural das crianças e afetar as suas identidades culturais, além do corte com as suas famílias biológicas que está implícito em qualquer adoção.

Nesta dissertação serão analisados os aspetos gerais da adoção, as fontes de direito internacional e nacional em matéria de adoção, e em especial, a Convenção de Haia de 1993, com a qual os Estados-membros por meio de acordos bilaterais ou multilaterais procuraram regular este tipo de adoção, e a unificadora Lei n.º 143/2015, de 8 de setembro.

Por fim, será analisado o princípio do superior interesse da criança e as ligações e especificidades que apresenta na adoção internacional, em especial em ligação com o princípio do primado da continuidade das relações psicológicas profundas e o da subsidiariedade da adoção internacional.

*Palavras-chave:* Adoção; adoção internacional; crianças; superior interesse; Portugal.

### ***Abstract***

The adoption institute transcends all cultures and has long since existed, having played different functions over time. This institute has come to reflect social changes relating to how society faces child's needs, the way of exercising parental responsibilities and the needs of birth parents and adoptive parents. This is a subject increasingly relevant within the phenomenon of globalization's and the urgency given to children and their rights in contemporary society. This is a subject from today e to the future.

The present study aims to approach this ancient institute and, in particular, to study international adoption. The present monography will address international adoption in a global perspective, and more significantly, under the perspective of Portuguese legal system.

The strong connection between the principle of the child's best interest, major principle of family law, deeply influences the entire legal institute and, specially, the matter of international adoption. The placing of children in a foreign family is a subsidiary option, in great deal due to the difficulties that they will find from the moment they exit their country of origin. Difficulties such as differences in culture, language, religion, habits, among others that may result in children's cultural uprooting and affect their cultural identity, beyond the cut with their biological family, implied in any adoption.

In this dissertation we shall analyze the general aspects of adoption, international and national sources of law and specially, the 1993 Hague Convention, in which the Member-States, by means of bi-lateral or multi-lateral agreements, sought to regulate this kind of adoption, and the unifying Law n.º 143/2015, of 8 of september.

At last, we will analyze the principle of the child's best interest and its connections and specificities regarding international adoption, in particular in connection with the principle of primacy of the continuity of deep psychological relations and the subsidiarity of international adoption.

*Key words:* Adoption; international adoption; children; best interest; Portugal.

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

Ac.	Acórdão
al./als.	Alínea/alíneas
art./arts.	Artigo/artigos
AC	Autoridade Central para Adoção Internacional
CC	Código Civil
CPC	Código de Processo Civil
CH 1993	Convenção de Haia de 1993
CDC	Convenção sobre os Direitos da Criança
cf.	Confira
CRP	Constituição da República Portuguesa
DL	Decreto-Lei
ed.	Edição
Etc.	Entre tantas outras coisas
LPCJP	Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo
n.º/n.ºs	Número/números
p./pp.	Página/páginas
RJPA	Regime Jurídico do Processo de Adoção
s./ss.	Seguinte/seguíntes
vol./vols.	Volume/volumes

## Índice

Introdução	p.9
I. - Da Adoção	p.10
I.1. - Evolução Histórica	p.10
I.2. - Evolução Histórica do Instituto da Adoção em Portugal	p.15
I.3. - Definição do Conceito de Adoção	p.21
I.4. - Natureza Jurídica da Adoção	p.24
II. - Da Adoção Internacional	p.26
II.1. - No direito internacional, e em especial, na Convenção de Haia de 1993	p.26
II.2. - No direito português, e em especial, na Lei n.º 143/2015, de 8 de setembro	p.30
II.2.1. - Adoção de crianças estrangeiras em Portugal	p.34
II.2.2. - Adoção de crianças residentes em Portugal por candidatos residentes no estrangeiro	p.35
II.3. - Da Autoridade Central e das entidades mediadoras	p.36
II.4. - Adoção internacional em países não-contratantes da Convenção de Haia	p.38
II.5. - Reconhecimento das decisões de adoção internacional	p.39
II.6. - Efeitos da adoção internacional	p.40
II.7. - Conhecimento das origens do adotado na adoção internacional	p.42
III. - Do Superior Interesse da Criança	p.44
III.1. - Aproximação Conceptual	p.44
III.2. - A Adoção Internacional e o Princípio do Superior Interesse da Criança	p.50
Conclusões	p.63
Bibliografia	p.65



## **Introdução**

A presente dissertação tem por objetivo inserir-se no grande rol de estudos e artigos sobre a adoção, esse milenar instituto, desenvolvendo o tema específico e ainda pouco trabalhado da adoção internacional no ordenamento jurídico português.

A seleção deste tema relaciona-se primeiramente ao interesse jurídico adjacente, mas também pela matéria sensível de que trata, a criança e os seus direitos, sendo que tudo ao que às crianças diz respeito nos parece de grande importância.

Esta forma de estabelecer a filiação, por necessariamente depender de relações entre vários países, pelo seu incremento exponencial nas últimas décadas, muito devido à quebra de barreiras de comunicação e incrementado por fenómenos migratórios e de refugiados, pela sua utilização potencial para práticas de tráfico e pela falta de um estudo jurídico conciso, detalhado e atualizado sobre esta matéria no nosso país, entre outros, são os motivos que nos levam a escolher este tema apaixonante.

A pesquisa feita para poder desenvolver este trabalho terá como suporte a legislação nacional e internacional sobre a matéria, mas também teremos o apoio da doutrina e tentaremos igualmente proceder à análise de alguma jurisprudência, sempre que tal se mostre pertinente.

Em relação à estrutura da presente dissertação, em primeiro lugar faremos um enquadramento histórico sumário relativo à adoção, instituto verdadeiramente milenar, que sofreu diversas alterações e atualizações no tempo e no espaço. Nesta sede faremos também uma análise específica da evolução histórica do instituto da adoção em Portugal, até às mais recentes alterações legislativas. Posteriormente tentaremos aproximarmo-nos do conceito de adoção, à luz do ordenamento jurídico português.

Na segunda parte da presente dissertação, a parte mais expositiva, faremos uma análise aprofundada do direito internacional e nacional sobre o assunto, com especial ênfase a Convenção de Haia de 1993 e a Lei n.º 143/2015, de 8 de setembro, estudando com algum detalhe os mecanismos da adoção internacional em Portugal.

Na terceira parte, tendo em conta que o princípio do superior interesse da criança é o princípio que norteia o direito dos menores, e que no instituto da adoção internacional este tem uma grande importância e especificidades relevantes, tentaremos, após um estudo do presente conceito, estudar os afloramentos deste princípio no presente regime, e por outro lado, as contribuições do presente regime para o aprofundamento e determinação do princípio do superior interesse da criança.

Por fim, anunciaremos as nossas conclusões.

## I. - Da Adoção

### I.1. - Evolução Histórica

A adoção é um instituto milenar, sendo uma prática irregular ao longo da história da humanidade. Tão antigo quanto o conceito da família foi uma solução para satisfazer a necessidade religiosa de descendentes para exercerem o culto dos antepassados.

Na antiga Mesopotâmia, no Código de Hamurabi, atualmente apontado como o primeiro conjunto de leis jamais encontrado, de 1.7000 a. C., trata claramente da figura nos seus arts. 185º a 193º<sup>1</sup>, chamando-a de *mârutu*. Com esta coexistia a figura da *tarbîtu*, que tinha como finalidade principal a educação da criança<sup>2</sup> sem lhe atribuir a qualidade de herdeiro, não se devendo considerar esta como uma verdadeira adoção<sup>3</sup>. Também já no Código de Manu, na antiga Índia, se faz referência a adoção no seu livro IX<sup>4</sup>, com o fim primário de permitir as cerimónias fúnebres do adotante, visto que apenas os filhos varões do de cujus podiam celebrar os ritos fúnebres deste.

A figura da adoção aparece já no livro do Êxodo, na história do profeta Moisés. Pelos antigos Hebreus era pratica corrente o adoção, bem como o levirato, pratica com semelhanças com o adoção, que consistia na obrigação de um homem a casar-se com a viúva do seu irmão quando este não deixou descendência masculina, sendo que o filho deste casamento é considerado descendente do morto e não do pai biológico, como forma de evitar o desaparecimento do nome do morto<sup>5</sup>. No Antigo Egipto, a figura da adoção não era conhecida, mas a prática de assumir a paternidade de crianças abandonadas era possível. Na antiga Grécia a adoção também era praticada, sendo que aparece inclusivamente na mitologia grega, no mito de Édipo.

Na antiga Roma, uma sociedade marcadamente patriarcal e onde o conceito de família abrangia todos os colaterais, a adoção tinha inicialmente dois institutos adotivos, a *adrogatio* e a *adoptio*. O direito romano concebia a *adrogatio*, de maior abrangência, como a incorporação de um *pater familias*, que sofria uma diminuição da sua capacidade, no poder de outro *pater familias*, transmitindo-se não só o adotado como todos os seus dependentes e bens para o *potestas* do *pater familias* adrogante, enquanto

---

<sup>1</sup>Disponível em <http://www.angelfire.com/me/babiloniabrasil/hamur.html>, consultado a 09-01-2017.

<sup>2</sup>Os conceitos de menor e criança não têm conteúdos exatamente iguais. Tentaremos por isso, utilizar preferencialmente o termo criança, visto que é o termo utilizado pelo legislador no RJPA, chegando a defini-lo no art. 2.º al. d) do RJPA, e claramente demarcando os dois conceitos ao só permitir a adoção de uma menor, com mais de 15 anos, nos casos previstos na lei. Vide Maria Margarida Silva Pereira, *Direito da Família*, p. 490.

<sup>3</sup>Cf. Rabindranath Valentino A. Capelo de Sousa, *A adoção: constituição da relação adoptiva*, p. 15.

<sup>4</sup>Disponível em <http://www.sacred-texts.com/hin/manu/manu09.htm>, consultado a 09-01-2017.

<sup>5</sup>Como explicito no Gênesis 38:8 e Deuterónimo 25:5-6.

no *adoptio* apenas havia adoção do indivíduo, de um único *filius familiar*, sem os seus dependentes, quebrando todas as ligações com a família de origem e integrando-se na família adotiva de forma plena<sup>6</sup>.

O instituto tinha como objetivo principal dar continuidade ao culto do *pater famílias* e era utilizado com frequência, sendo já previsto na Lei das XII tábuas, baseando-se também no culto familiar da família. Outros objetivos possíveis eram também o acesso à condição jurídica de cidadão romano ou permitir a sucessão num cargo ou dignidade pública, como mais tarde, por exemplo, no cargo de Imperador.

Também na antiga Roma era permitido a *adoptio per testamentum*, que como ato de última vontade do testador produzia efeitos após a sua morte, sendo que para ter eficácia tinha de ser confirmado pela Cúria. O exemplo mais célebre desta prática foi a adoção de Octávio, futuro Augusto e primeiro Imperador romano, por Júlio Cesar, através do seu testamento.

Na época justiniana surgem duas modalidades de *adoptio*, a *adoptio plena* e a *adoptio minus plena*. A *adoptio plena* era realizada por um ascendente do adotado, ficando este sujeito ao *patria potestas* do adotante. Na *adoptio minus plena* era o adotante não familiar ao adotado e só tendo efeitos para o direito sucessório do adotante, tendo portante estas modalidades funções e objetivos diferentes<sup>7</sup>. No fim do Imperio Romano, com o declínio do *patria potestas*, o instituto perdeu o seu cunho religioso, passando a contemplar maioritariamente casais estéreis.

Nas tribos germânicas, por influência do contacto com o Império Romano e o seu direito, a adoção aparece como verdadeira figura jurídica, com fins exclusivamente patrimoniais, e sucessórios em particular. A existência do instituto manteve-se em alguns povos como os Visigodos, durante o período inicial da Idade Média, para transmissão do nome e do património do adotante apenas, não prevendo o estabelecimento de relações de parentesco entre adotado e adotante.

Na Arábia pré-islâmica a adoção era prática comum. O próprio profeta Maomé foi adotado pelo tio depois da sua orfandade e mais tarde, e por sua vez, adotou o escravo Zaid. Mas com a proibição expressa por parte do Alcorão<sup>8</sup>, nos países de confissão muçulmana a adoção foi sendo progressivamente proibida.

Na Europa, com o decorrer da Idade Média, sob grande influência do direito

---

<sup>6</sup>Cf. Rui José Simões Bayão de Sá Gomes, *O novo regime de adopção*, p. 6.

<sup>7</sup>Cf. Eduardo dos Santos, *Direito da Família*, pp. 632 e 633.

<sup>8</sup>Alcorão, sura XXXIII, versículos 4 e 5, disponível em <http://al-quran.info/#33>, consultado a 09.01.2017. Ver também Joseph, Schacht, *An introduction to Islamic Law*, pp. 166 e 167.

canónico, a adoção quase desapareceu enquanto instituto jurídico. Esta negativa influência prendeu-se com o facto de que a adoção contrariava os interesses patrimoniais da Igreja e dos monarcas, pois com o falecimento dos senhores feudais sem herdeiros caberia a estes arrecadar as propriedades deixada pelos mesmos, através do *donatio post obitum*.

Também é de notar que o conceito de família passa a estar fortemente associado à ideia do sacramento do casamento e dos descendentes resultantes desse vínculo, conceção que não se encaixava bem com a adoção. É igualmente de notar o facto de que o enfraquecimento prático dos fundamentos que levavam até este período à adoção, como o culto dos antepassados, levou também à decadência crescente do instituto<sup>9</sup>.

Contudo, neste período a prática da adoção não desapareceu completamente em países de *civil law*, portanto em sistemas jurídicos com origens no direito romano, mas o foco passou a ser exclusivamente patrimonial<sup>10</sup>, pois visava apenas a transmissão de propriedade tal qual como ocorria na Ásia Oriental.

A figura, presente nas leis visigóticas como a *Lex Romana Visigothorum*, chamada de *perfilatio*<sup>11</sup>, criava um vínculo artificial de filiação entre duas pessoas, de forma similar ao parentesco consanguíneo. A *perfilatio* e outros institutos como a *affiliatio*, da *Epistola episcoporum Hispaniae ad episcopos Franciae*, ou o *porfijar*, das *Seite Partidas de Afonso X*, são outras formas de designar o que os romanos denominavam de adoção.

Em culturas de origem não europeia a adoção era também prática corrente, tendo como fim principal a continuação da família, e também o bem-estar da adotado<sup>12</sup>. Por exemplo, ente os Tchuktche da Ásia Oriental, entre os habitantes das ilhas Murray na Oceânia ou entre os índios Crow no norte do Continente Americano, a adoção revestia-se de forte afetividade e privilegiava muitas vezes a adoção de memores com laços sanguíneos aos adotantes<sup>13</sup>.

Entretanto os países regidos pela *common law* impunham regras proibitivas à

---

<sup>9</sup>Cf. Nuno Gonçalo da Ascensão Silva, *A constituição da adoção de menores nas relações privadas internacionais: alguns aspectos*, pp. 28 e 29, nota de rodapé 26.

<sup>10</sup>Não produzindo efeitos pessoais, Guilherme Braga da Cruz, *Algumas considerações sobre a perfilatio*, pp. 30 e ss.

<sup>11</sup>Quando a problemática do instituto da *perfilatio* e das suas semelhanças e distinções com a adoção romana, ver Guilherme Braga da Cruz, *ibidem*, pp. 2 e ss.

<sup>12</sup>A função social da adoção já existia por exemplo entre os índios dos territórios dos Estados Unidos da América, consequência do grande número de órfãos resultados dos frequentes conflitos, Fausto Amaro, *Aspectos sociológicos da adoção em Portugal: um estudo exploratório*, pp. 7 e 8.

<sup>13</sup>Cf. Fausto Amaro, *ibidem*, p. 5.

adoção, devido a uma conceção da inalienabilidade do poder paternal. No entanto, nos Estados Unidos da América, o instituto da adoção foi introduzido no sistema jurídico, primeiramente no Louisiana, ainda no início do século XIX. Este era um território inicialmente francês, e é clara a influência do Código Civil de Napoleão, que aprovado no princípio do século, permitia a adoção de maiores e surtiu muita influência nos tempos de então.

Também no Texas, por influência do direito espanhol o instituto foi bem acolhido. O instituto foi-se alastrando para outros estados, mas foi também sofrendo alterações. Assim rompendo com a regra proibitiva da *common law* face a adoção, nos Estados Unidos da América passou a existir um sistema de acolhimento de crianças, com o objetivo de estas serem colocadas ao cuidado de outras famílias a fim de aprenderem um ofício<sup>14</sup>.

Foi só a partir da 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial que a criança passou a ser encarado como sujeito titular de direitos, sendo que por exemplo em 1919 foi instituída uma idade mínima para trabalhar pela Conferencia Internacional do Trabalho e em 1924 foi aprovada a Declaração de Genebra sobre Direitos da Criança<sup>15</sup>, que após ter sido aprovada pela Liga das Nações, deu origem à Carta da Liga sobre a Criança.

Com milhares de crianças órfãs, como resultado do conflito, a 19 de junho de 1923 em França a adoção passou a poder ser também de menores. Na primeira metade do século XX, outros países que tinham consagrado a adoção segundo o modelo oitocentista francês vieram pois adotar este novo paradigma, e em vários ornamentos jurídicos que não tinham qualquer forma da adoção foi este novo modelo reconhecido<sup>16</sup>.

Com a situação de muitos órfãos ainda mais agravada pela crise económica de 1929, e mais tarde a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, a adoção passou a ser socialmente bem vista enquanto forma de proteger o alto número de crianças desvalidas e impedi-los de aderir a uma vida marginal e criminosa. A adoção foi pois reconsiderada como forma de colaboração dos privados com o Estado para ajudar as crianças desvalidas<sup>17</sup>.

---

<sup>14</sup>Cf. Clément Launay, Michel Soulé e Simone Veil, *L'adoption: données médicales psychologiques et sociales*, pp. 17 e s.

<sup>15</sup>A Declaração de Genebra foi o primeiro instrumento jurídico internacional a fazer referência a direitos da criança. Disponível em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/onu-proteccao-dh/orgaos-onu-estudos-ca-dc.html#IA>, consultado a 09-01-2017.

<sup>16</sup>Cf. Nuno Gonçalo da Ascensão Silva, *ibidem*, p. 33, nota de rodapé 37.

<sup>17</sup>Não se pode deixar de notar a ligação do florescimento do instituto da adoção no século XX a situações de conflitos armados ou grandes desastres naturais, tendo em conta que estes resultam num grande número de crianças órfãs, ou pelo menos afastadas dos seus pais.

O instituto foi repensado<sup>18</sup>, beneficiando agora, especialmente, os incapazes e tornando mais completos os seus efeitos. Assim passou o instituto a ter um tratamento jurídico avançado, na sua forma plena, semelhante à filiação biológica, legitimando o adotado e conferindo-lhe a designação e direitos de um filho biológico.

A efetivação dos direitos das crianças também continuou e em 1959 foi aprovada pela Organização das Nações Unidas, organismo que sucedeu à Liga das Nações, a Declaração dos Direitos da Criança, declaração que em 1989 deu origem à CDC, um verdadeiro instrumento jurídico.

A adoção passou neste período por profundas transformações na sua finalidade. Originalmente estabelecida no interesse do adotante, para garantir a perpetuidade da família, assegurar a transmissão do nome e também do património, a adoção contemporânea é ordenada ao interesse do adotado, tendo por fim ampara-lo e defendê-lo, mediante inserção numa nova família.

Apesar da generalizada aceitação internacional da adoção, ainda hoje, nos países de confissão muçulmana é proibida a adoção, por exemplo em Marrocos ou na Argélia, por imposição do Alcorão e da Charia decorrente, negando-se os efeitos da adoção. Nestes países a adoção foi substituída por outra figura, a *kalafa*, sendo a filiação natural a única forma de filiação nos países de confissão islâmica. O instituto da *kalafa* não estabelece relações de parentesco e não tem efeitos matrimoniais e sucessórios, ao contrário da adoção.

Na *kalafa*, o menor apenas tem direito a cuidados materiais e a uma educação, sendo uma figura que mais se aproxima do acolhimento<sup>19</sup>. É também de notar que a *kalafa* não tem os mesmos efeitos em todos os países com esta figura jurídica. Por exemplo na Tunísia<sup>20</sup>, país de confissão muçulmana, pela forte influência francesa à partir dos anos cinquenta, foi permitida a adoção dos pupilos do estado e crianças abandonadas. A prática de institutos semelhantes à adoção, como a *kalafa* marroquina, ainda assim existe nestes países.

Assim como na *kalafa* islâmica, na *kindschaft* alemã ou no *acogimiento familiar* espanhol, bem como em outros institutos, em que não se estabeleça uma verdadeira

---

<sup>18</sup>Cf. Fernandes Pires de Lima e Antunes Varela, *Código civil anotado*, Vol. 5, p 505, onde os autores tentam esquematizar em três fases o movimento de ressurreição da adoção na Europa, usando o modelo francês como paradigma. Nas pp. ss. demonstra-se que a evolução no direito português da figura da adoção segundo este modelo.

<sup>19</sup>Cf. Agustín Motilla, *La Filiación natural y adoptiva en el derecho islámico y en los códigos de Marruecos, Argelia y Túnez: relevancia en el derecho español* In *El Derecho de familia ante el siglo XXI*, pp. 588 e 589.

<sup>20</sup>Cf. Nuno Gonçalo da Ascensão Silva, *ibidem*, p. 29, nota de rodapé 28.

relação de parentesco semelhante à filiação natural entre o adotado e adotante não estamos perante a figura da adoção. A *adoptio in fratrem* ou *fraternitatem*<sup>21</sup>, entre irmãos portanto, que estabelece um vínculo de parentesco diverso de filiação, também não deve ser encarado como vínculo semelhante à adoção.

A adoção inseriu-se assim no movimento universal de promoção e proteção à infância<sup>22</sup>, sobretudo a abandonada, denotando a preocupação social que hoje orienta o instituto. O principal intuito da adoção consolidou-se na proteção da criança, deslocando-se do adotante, e passando a atender aos interesses do adotado<sup>23</sup>, o superior interesse da criança.

## **I.2. - Evolução Histórica do Instituto da Adoção em Portugal**

A palavra portuguesa adoção deriva do latim *adoptio*, que significa *dar seu próprio nome a*.

No ordenamento jurídico português<sup>24</sup> a proteção dos menores aparece pela primeira vez a 14 de março de 1543, com a Carta Régia que atribuiu à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa<sup>25</sup> as funções de recolher e proteger as crianças desvalidas e abandonadas. Em Portugal, a aceitação social da adoção também não foi pacífica, tendo um cunho marcadamente ligado à aristocracia, sendo utilizada como mecanismo de transmissão de títulos nobiliárquicos.

Após a Carta Régia, a adoção foi também regulada nas Ordenações Afonsinas e mais tarde nas Manuelinas, chamada de *perfiliatio*, com o fim primordial de conceder ao adotado a qualidade de herdeiro. Esta figura de *perfiliatio* aproximava-se mais do instituto da adoção para os povos Visigóticos do que do conceito romano. O instituto da adoção só voltou a ressurgir plenamente na Europa com o Código de Napoleão<sup>26</sup>, em 1804, e mesmo antes disso, tendo forte influência romanística, especificamente da *adoptio minus plena* de Justiniano. Ressurgindo mais por intervenção pessoal de

---

<sup>21</sup>Cf. João de Castro Mendes, *Direito de família*, p 314, nota de rodapé 1.

<sup>22</sup>Sobre a orientação do instituto e a diferenciação na perspetiva entre a adoção “contemporânea” e a adoção “antiga”, é muito interessante considerar a opinião de Diogo Leite de Campos e Mónica Martinez de Campos, *Lições de direito da família*, p. 31.

<sup>23</sup>Cf. Jorge Augusto Pais de Amaral, *Direito da família e das sucessões*, p. 23 e Antunes Varela, *Direito da família*, p. 113.

<sup>24</sup>Cf. Mário Almeida Costa, *A adoção na história do direito português*, pp. 8 e ss, traça três ciclos da adoção do direito português, sendo que o primeiro se reportar ao período anterior à fundação da nacionalidade.

<sup>25</sup>Para uma análise profunda do trabalho da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa na proteção dos crianças desvalidos e abandonados, Dora Santos Rosa, *Adopção: o berço da adoção: histórias de amor*.

<sup>26</sup>Nos seus arts. 343.º a 370.º.

Napoleão, que não tinha herdeiros, do que pela necessidade social da época. O facto de ser um sistema artificial atraiu a desconfiança das pessoas, também pelo facto de estar este instituto reservado para a adoção de maiores de idade e destes apenas, tendo natureza contratual e tendo como objetivo a transmissão do nome e bens patrimoniais, além de outras condições que davam ao instituto jurídico pouca utilidade.

A influência deste código no direito das nações europeias é inegável, contudo o instituto da adoção entrou em declínio, ao ponto de não ter sido consagrado no Código Civil de 1867<sup>27</sup>, assim como em muitas codificações estrangeiras da época, desconsiderando este ato como fonte agregadora de afeto. Pautado por este equívoco<sup>28</sup>, o primeiro Código Civil português, de forte inspiração francesa, ignorou por completo o instituto da adoção<sup>29</sup>, até porque o pouco conteúdo do instituto se resumia a matéria de cunho patrimonial<sup>30</sup>.

Apesar de algumas tentativas de voltar a consagrar a adoção<sup>31</sup>, só em 1965<sup>32</sup>, com inspiração na legislação francesa, coube a edição de nova lei, a Lei n.º 4665/65, que criou a legitimação adotiva<sup>33</sup>, passando-se a autorizar a adoção em Portugal. Esta dispensava a necessidade de comprovação do período de cinco anos de casamento entre os adotantes e designação da adoção como um ato irrevogável, mas exigia que houvesse comprovação de esterilidade de um dos cônjuges e estabilidade conjugal. Em 1966, o novo CC<sup>34</sup>, volta a consagrar a adoção, sendo uma das principais inovações deste código, procurando acompanhar a evolução do direito internacional<sup>35</sup> na proteção das crianças desprovidas de meio familiar normal, passando assim a existir duas espécies de

---

<sup>27</sup>Cf. António Luís de Seabra, *Apostilla á censura do Sr. Alberto Moraes Carvalho : sôbre a primeira parte do projecto do Código Civil*, pp.42 e ss.

<sup>28</sup>Cf. Mário Almeida Costa, *ibidem*, pp. 29 e 30, concluiu que é o facto de ter tido outros fins, até aos nossos dias, permite afirmar que a adoção só em certa medida é um instituto tradicional no direito português. Ainda assim, o mesmo conclui que o passado do instituto não compromete o seu futuro.

<sup>29</sup>Cf. João de Castro Mendes, *Direito de família*, p 314, nota de rodapé 2.

<sup>30</sup>E nesta sede importante lembrarmos que à luz do Código Civil de 1897 as adoções realizadas no estrangeiro não eram reconhecidas em Portugal com base nos princípios da ordem pública portuguesa. João de Castro Mendes, *ibidem*, p. 386, nota de rodapé 2.

<sup>31</sup>Como por exemplo através no *Projecto* (legislativo) de reforma dos Serviços Jurisdicionais de Menores, de 1942, da autoria de Pires de Lima e o *Anteprojecto* de Gomes da Silva e Pessoa Jorge.

<sup>32</sup>Houve também algumas leis aprovadas neste período, como por exemplo o Decreto n.º 10 767, de 15 de maio de 1925, com o objetivo de proteger crianças desvalidas, mas que não trouxeram qualquer alteração jurídica ao estado das crianças.

<sup>33</sup>A legitimação adotiva é, segundo o direito comparado, apenas outra terminologia para a adoção plena, Rabindranath Valentino A. Capelo de Sousa, *A adoção: constituição da relação adoptiva*, p 44, nota de rodapé 2.

<sup>34</sup>Na falta de indicação em contrário CC é referente ao atual Código Civil Português. O mesmo acontece com a referência ao CPC, que na falta de indicação em contrário refere-se ao atual Código de Processo Civil Português.

<sup>35</sup>O facto de se constituir a adoção por sentença judicial permite averiguar se o adotante preencher todas os requisitos necessários, permitindo assim verificar da adequação da adoção.



adoção, a regida pelo CC de 1966 e a regida pela Lei n.º 4665/65.

O DL n.º 496/77, de 25 de novembro, veio reformar parte do CC de 1966, e no que diz respeito à adoção, tratou do consentimento prévio para a adoção por parte dos pais biológicos, bem como da sua dispensa e ainda da aplicação da declaração do estado judicial do estado de abandono, passando a adoção plena a ser a regra. Não esquecer que esta reforma do CC muito se deveu à necessidade de adequar este à nova CRP, de 1976, que veio trazer uma nova perspetiva sobre a família e os menores.

Em 1979, houve a edição do chamado de Código de Menores, passando-se a adoção plena a ser regida pelas regras deste código e a adoção restrita pelas disposições do CC. E em 1982 a adoção teve finalmente consagração constitucional, no art. 36.º n.º 7 da CRP, introduzida pela Lei constitucional n.º 1/82, de 30 de setembro. Nesta primeira revisão constitucional apenas foi garantido o instituído da adoção, dando-se guarida constitucional a esta figura<sup>36</sup>.

JORGE MIRANDA<sup>37</sup> e JOSE DE MELO ALEXANDRINO<sup>38</sup> qualificam a consagração constitucional da adoção como uma garantia institucional, sendo que o art. referente não pretende apenas comprovar a existência mas também assegurar-lhe uma proteção especial. Assim sendo, a adoção é assegurada pela CRC, não se permitindo a partir dessa alteração constitucional ao legislador ordinário suprimir, desfigurar ou descaracterizar o núcleo essencial deste instituto.

Na quarta revisão constitucional, de 1997, foi adicionado ao n.º 7 do art. 36.º, a necessidade da lei estabelecer formas céleres para a tramitação do processo de adoção, fazendo uma remissão para a lei ordinária. A inserção do preceito da adoção em sede constitucional permite-nos chegar à mesma conclusão de JOÃO DE CASTRO MENDES<sup>39</sup>, de que a filiação adotiva goza da mesma proteção da filiação natural, contida por exemplo nos arts. 36.º n.º 3, 67.º e 68.º n.ºs 1 e 2 da CRP.

No ano de 1993, foi aprovado o DL n.º 185/93, de 22 de maio, que promoveu novas reformas no instituto de adoção, de onde se pode destacar a consagração da figura da confiança judicial da criança, a um casal, pessoa singular ou mesmo a uma instituição, com vista a uma futura adoção. Buscou-se com esse mecanismo maximizar a proteção da criança no processo de adoção, provendo a sua integração, que pode ser

---

<sup>36</sup>Cf. J.J. Gomes Canotilho e Vital Moreira, *Constituição da República portuguesa : anotada*, pp.566 e 567.

<sup>37</sup>Vide Jorge Miranda, *Manual de direito constitucional*, Vol. 2: Tomo IV, p. 90.

<sup>38</sup>Vide José de Melo Alexandrino, *Direitos fundamentais : introdução geral*, pp. 38 e 39.

<sup>39</sup>Vide João de Castro Mendes, *ibidem*, p. 387.

causa de graves prejuízos para a criança.

É igualmente muito relevante lembrar que foi este o primeiro a regulamentar a adoção intencional em Portugal<sup>40</sup>, consagrando como princípios fundamentais, o princípio da necessidade prévia de decisão judicial e o da subsidiariedade da adoção internacional à adoção nacional. Esta regulamentação da adoção internacional também distinguiu muito claramente entre a adoção de crianças residentes em Portugal e de crianças residentes no estrangeiro<sup>41</sup>.

No DL n.º 120/98, de 8 de maio, novas alterações foram introduzidas, como o candidato a adotante após a confiança administrativa ter a possibilidade de ser nomeado curador provisório da criança ou a viabilidade da guarda provisória aos pretendentes à adoção quando requerida a confiança judicial. Este também consagrou a necessidade do consentimento do criança, se este for maior de 12 anos, art. 1981.º n.º1 al. a) do CC.

Com a Lei n.º 135/99, de 28 de agosto, a noção jurídica de família sofreu uma evolução, ao atribuir-se aos unidos de facto há mais de dois anos a possibilidade de adotarem em condições análogas às das pessoas unidas pelo casamento. Esta legislação das uniões de facto foi reformada pela Lei n.º 7/2001, de 11 de maio, que apesar de estender a regulação das uniões de facto às pessoas do mesmo sexo, não reconhecia o direito de adoção conjunta aos unidos de facto do mesmo sexo, art. 7.º.

Introduzindo uma ampla reforma no regime da adoção, a Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto, firmou que a lei devia sempre preferir os direitos das crianças se estes e dos adultos entrarem em conflito, passando a ser o princípio do superior interesse da criança a finalidade última do instituto da adoção. No que diz respeito aos requisitos dos adotantes, esta consagrou o requisito de que à partir dos sessenta anos de idade só poderá haver adoção se a diferença de idades entre o adotante e o adotado não for superior a cinquenta anos, limites que não se aplicam à adoção do filho do cônjuge ou unido de facto, admitindo porém que este limite possa ser suprido em situações excecionais, sempre que o exige o interesse superior da criança.

---

<sup>40</sup>A história da modalidade atual de adoção que se consubstancia na adoção internacional é muito recente. Com o atual sentido, estabeleceu-se na tentativa de proteger os interesses da criança. Antonia Durán Ayago, *El interés del menor como principio inspirador de la adopción internacional*, p. 357.

<sup>41</sup>Para um estudo aprofundado sobre esta regulamentação sugere-se Helena Isabel Dias Bolieiro, *A criança e a família : uma questão de direitos : visão prática dos principais institutos do direito da família e das crianças jovens*, pp. 419 e ss.

Até à Lei n.º 143/2015, de 8 de setembro, existiam duas modalidades da adoção<sup>42</sup>: a plena, prevista nos arts. 1979.º a 1991.º do CC, e a restrita<sup>43</sup>, distinguindo-se pela extensão dos seus efeitos. Mas apesar de terem escopos e requisitos diferentes, existia a possibilidade de conversão da adoção restrita em plena, consagrada no art. 1977.º n.º 2 do CC, atualmente revogado, além de existirem requisitos de constituição e efeitos comuns às duas modalidades de adoção.

Ambas exigiam consentimento do adotante, e também do adotado em certos casos, e capacidade de ambos, para além do respeito pelo requisito geral de realizar o superior interesse da criança, art. 1974.º n.º 1 do CC. Quanto à forma, ambas exigiam homologação, ou seja, a intervenção constitutiva do tribunal através de sentença judicial, art. 1973.º n.º 1 do CC, não se permitindo em Portugal as adoções particulares.

Na adoção plena, o adotando adquiria a situação de filho do adotante, extinguindo-se as relações entre o adotado e a sua família natural. Esta modalidade era irrevogável<sup>44</sup>, pois impossibilitava a retomada do poder familiar pela família natural, tendo pois também carácter definitivo. A adoção tornava pois iguais o filho biológico do adotante e o adotado, sendo que os requisitos especiais da adoção plena visavam desvincular afetivamente o adotado da sua família naturais de forma a inseri-los de forma plena e exclusiva na família do adotante<sup>45</sup>. Como efeitos tinha, derivados da equiparação do adotando ao filho biológico, efeitos a nível do poder paternal, impedimentos matrimoniais, concessão de alimentos, efeitos sucessórios, etc..

Na adoção restrita<sup>46</sup>, antigamente prevista nos arts. 1992.º a 2002.º-D do CC, o adotado mantinha todos os direitos e deveres em relação à família natural, com algumas restrições. Além dos requisitos gerais da adoção, a adoção restrita exigia alguns requisitos específicos, naturalmente mais elementares que os da adoção plena. O poder paternal cabia exclusivamente ao adotante, com algumas exceções, mas esta não tinha efeitos patrimoniais ou familiares, e apenas alguns efeitos sucessórios e alimentares.

Esta modalidade do instituto podia ser revogada e, como já acima descrito, podia

---

<sup>42</sup>Assim como em França, Itália, Uruguai ou Chile, a título da exemplo. Manuel Duarte Gomes da Silva e Fernando Pessoa Jorge, *O direito de família no futuro código civil : terceira parte*, p. 9

<sup>43</sup>Tendo a Lei n.º 143/2015, de 8 de setembro, revogado o capítulo III do título IV do CC, precisamente o capítulo sobre a adoção restrita.

<sup>44</sup>Sendo contudo possível rever a sentença, mas apenas em casos muito específicos e sempre com a ressalva do art. 1990.º n.º 3 do CC.

<sup>45</sup>A legitimação adotiva é, segundo o direito comparado, apenas outra terminologia para a adoção plena, Rabindranath Valentino A. Capelo de Sousa, *A adoção: constituição da relação adoptiva*, p. 46.

<sup>46</sup>Chamadas de adoções simples em Espanha. Juan María Díaz Fraile, *Problemas Actuales de la Adopción Internacional*, pp. 136 e ss.

a todo o momento, a pedido do adotante, através de decisão judicial, ser convertida em adoção plena, desde que se verificassem os respetivos requisitos. A adoção restrita apresentava-se pois como muito próxima da figura do acolhimento familiar.

A revogação da adoção restrita foi uma das grandes alterações trazidas pela Lei n.º 143/2015, de 8 de setembro. E a modalidade de adoção plena passou a ser a única adoção, quanto aos efeitos, permitida, assumindo o unificante nome de adoção. E não podemos deixar de seguir MARIA MARGARIDA SILVA PEREIRA na conclusão feliz de que tal conferiu mais dignidade ao instituto jurídico<sup>47</sup>.

Quanto a questão da adoção por casais do mesmo sexo, já em 2010 foi aprovada a Lei n.º 9/2010, de 31 de maio, que veio permitir o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Mas quanto à capacidade para adotar, o art. 3.º n.º 1 proibiu a adoção, ficando expressamente afastada a possibilidade de adoção por cônjuges do mesmo sexo.

Esta continuou a ser uma questão fraturante em Portugal, não tendo sido desenvolvida pelo legislador ao ponto de acompanhar a proteção jurídica que foi sendo concedida às uniões de pessoas do mesmo sexo, seja uma união de facto ou uma união conjugal, neste último caso desde 2010. Aos casais do mesmo sexo era vedada a adoção conjunta e a adoção pelo cônjuge ou unido de facto do mesmo sexo do filho do seu cônjuge ou unido de facto.

Finalmente, com a Lei n.º 2/2016, de 29 de fevereiro, foram eliminadas as discriminações para pessoas do mesmo sexo que vivam em união de facto ou sejam casadas, no acesso à adoção, apadrinhamento civil e demais relações jurídicas familiares, procedendo a alterações dos regimes correspondentes.

Quanto à figura atual da adoção propriamente dita, no art. 1576.º do CC trata a adoção como uma fonte de relações jurídicas familiares<sup>48</sup>, definindo-se a adoção no art. 1586.º do mesmo código, como o vínculo que se estabelece entre duas pessoas, independentemente dos laços de sangue, sendo uma relação de parentesco semelhante à filiação natural, a filiação adotiva. A adoção é regulada do art. 1973.º ao art. 2002.º-D do CC, com as alterações trazidas pela Lei n.º 143/2015, incluindo o RJPA, aprovado em anexo à presente lei, pelo seu art. 5.º.

Não há dúvida que a forma como a criança é vista tem evoluído com o passar dos tempos. O instituto da adoção tem evoluído com esta alteração da visão da criança,

---

<sup>47</sup>Vide Maria Margarida Silva Pereira, *Direito da Família*, p. 478

<sup>48</sup>*Adoção*, dir. Paulo Guerra ; conceção e org. Ana Massena, p.2, “A adoção, um segundo nascimento do homem, um parentesco legal, é, nos termos do art. 1576.º do CC, uma das fontes de relações familiares em Portugal, a par do casamento, do parentesco e da afinidade.”

como todo o direito dos menores, no sentido de colocar o superior interesse da criança como o seu fim último, colocando na adoção os direitos do adotado em primeiro lugar, tanto em Portugal, como no Mundo.

### **I.3. - Definição do Conceito de Adoção**

A adoção é o instituto em que alguém assume de forma voluntária os direitos e deveres parentais, sobre uma pessoa<sup>49</sup> que não é seu descendente biológico<sup>50</sup>, sendo apropriado lembrarmos a expressão, *adoptio naturam imitatur*<sup>51</sup>, a adoção imita a natureza.

A adoção é um conceito complexo, existindo dois grandes modelos deste instituto jurídico. Um deles é a adoção pública, onde o estado e as autoridades públicas exercem controlo sobre a adoção, tendo em vista proteger o interesse do adotado, como em Portugal. Por oposição existe a adoção privada, modelo vigente por exemplo nos Estados Unidos da América e onde o elemento fundamental é um contrato entre a mãe biólogo da criança e os pais adotivos, sendo que a autoridade pública apenas formaliza e fiscaliza esta relação. Existem ainda alguns países onde a adoção nem sequer é possível, como por exemplos nos países islâmicos onde não é permitida, existindo ao invés, por exemplo, a kafala.

Como já acima indicado, a lei portuguesa apresenta uma noção de adoção no art. 1586.º do CC, enquanto “vínculo que à semelhança da filiação natural, mas independente dos laços de sangue, se estabelece legalmente entre duas pessoas<sup>52</sup>. Nesta sede não podemos deixar de seguir PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA que afirmam que “(...) a adoção tem na sua base uma *realidade* individual, sentimental e social, diferentes da *procriação*, mas tão real como este laço biológico.”<sup>53,54</sup>

A adoção é um ato pessoal, devendo ser utilizada somente quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural. O superior

---

<sup>49</sup> Em Portugal não é permitida a adoção de maiores de idade.

<sup>50</sup> Apesar de nos parecer mais útil a presente noção, pela sua maior abrangência, com a extinção da modalidade da adoção restrita, a definição do art. 1586.º do CC abrange a totalidade do instituto, pelo que a questão está ultrapassada. Consultar Jorge Duarte Pinheiro, *A Adopção em Portugal*, in Estudos de Direito da Família e das Crianças, p 89.

<sup>51</sup> Cf. Rui José Simões Bayão de Sá Gomes, *O novo regime de adopção*, p. 5.

<sup>52</sup> Cf. Manuel Duarte Gomes da Silva e Fernando Pessoa Jorge, *O direito de família no futuro código civil : terceira parte*, pp. 6 e 7, a adoção é “um vínculo de filiação em sentido analógico, que participa da ideia de procriação, na medida em que envolve certa paternidade espiritual, em sequência da missão assumida pelo adotante, de contribuir para a formação e realização da personalidade do adotado.”

<sup>53</sup> Vide Fernandes Pires de Lima e Antunes Varela, *Código civil anotado*, Vol. 5, p. 506.

<sup>54</sup> Também tratando a adoção como “realidade psicológica, afetiva e social”, Rui José Simões Bayão de Sá Gomes, *O novo regime de adopção*, p. 6.

interesse da criança é o fim a realizar com a adoção, como explicito nos requisitos gerais da adoção, art. 1974.º do CC. Tal fim também fica claro com a proibição de adoção de adultos, pelo que nesse caso não seria o superior interesse da criança o fim prosseguido.

A adoção torna iguais os filhos biológicos e os adotados do adotante, e não deverá a adoção implicar sacrifícios injustos para os outros filhos do adotante. A adoção tem de ser declarada por sentença judicial, sendo pois um parentesco legal, tendo como paradigma a filiação biológica<sup>55</sup>. Contudo não se trata simplesmente de uma ficção, antes precede de um facto afetivo, uma realidade psicológica, afetiva e social<sup>56</sup> que merece a proteção da lei desde, desde que não atente contra o superior interesse da criança<sup>57</sup>.

A adoção não copia simplesmente a consanguinidade, ambas tem causas diferentes e os seus efeitos são semelhantes<sup>58</sup>, sem serem exatamente iguais. Segundo CARLA AMADO GOMES, a consagração da filiação em art. distinto da adoção é porque estamos perante realidades próximas, mas merecedoras de diferentes graus de tutela<sup>59</sup>. Mas se os efeitos não são exatamente iguais, tal se deve ao facto de não estarmos perante situações exatamente iguais, pelo que algumas adaptações são necessárias. Pelo grande grau de aproximação podemos portanto considerar a adoção análoga à filiação.

Por outro lado, o conceito universal de adoção não é fácil de definir rigidamente, devido às suas diferentes designações, além de por vezes, atrás de nomes semelhantes estarem institutos com conteúdos diferentes. NUNO GONÇALO DA ASCENSÃO SILVA procura expor as características fundamentais e universais da figura jurídica, chegando à conclusão que são o carácter duradouro, a voluntariedade, e a criação de uma relação de filiação<sup>60</sup>. Podemos então chegar à conclusão que o instituto da adoção no direito português se trata de facto da figura da adoção universalmente reconhecida.

---

<sup>55</sup>Vide Jorge Duarte Pinheiro, *A Adopção em Portugal*, in Estudos de Direito da Família e das Crianças, p. 102, que considera que o modelo de adoção em Portugal, que esta assente na ideia da adoção como imitação da filiação natural, obsta ao crescimento deste instituto, secundarizando-o. Não podemos deixar de lhe dar alguma razão.

<sup>56</sup>Cf. Rui José Simões Bayão de Sá Gomes, *O novo regime de adopção*, pp. 6 e ss.

<sup>57</sup>Cf. Francisco Pereira Coelho e Guilherme Oliveira, *Curso de Direito da Família*, vol. 2.1, p. 262.

<sup>58</sup>Cf. Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 20-10-2009, Processo n.º 115/09.0TBPTL.S1, Relator: Sebastião Póvoas.

<sup>59</sup>Vide Carla Amado Gomes, *Filiação, adopção e protecção de menores : quadro constitucional e notas de jurisprudência*, pp.35 e ss.

<sup>60</sup>Vide Nuno Gonçalo da Ascensão Silva, *A constituição da adopção de menores nas relações privadas internacionais: alguns aspectos*, pp. 317 e 318.

Tendo em conta o regime atual da adoção em Portugal já não se distinguem modalidades de adoção quanto aos efeitos, visto que a adoção agora é um regime único quanto aos seus efeitos. Mas quanto ao número de adotantes, podemos ainda distinguir entre a adoção singular (uma só pessoa) e conjunta (por duas pessoas). E também podemos distinguir entre a adoção nacional e a adoção internacional, tendo em conta que apresentam regime jurídicos específicos, e não exatamente iguais, e que na adoção internacional está implícita a mudança do país de residência habitual da criança.

Cumpra-se ainda distinguir nesta sede o instituto da adoção de figuras semelhantes. A perfilhação, o reconhecimento oficioso e o reconhecimento judicial, tal com a adoção, alteram o estatuto pessoal dos indivíduos criando relações de filiação e paternidade, mas enquanto a adoção não tem base em relações biológicas, as outras figuras assentam sobre o vínculo biológico da consanguinidade. A adoção é determinada pela vontade livre e esclarecida do adotante, ao contrário do que acontece eventualmente nas outras figuras jurídicas. Os requisitos constitutivos, efeitos e as causas de extinção são também amplamente diferentes.

Quanto a legitimação, esta é também baseada no facto biológico, ao contrário da adoção, tendo origem no casamento. A equiparação dos filhos resultante da legitimação é absoluta e tem efeitos retroativos, ao contrário do que acontece na adoção.

Quanto a tutela, esta ao contrário da adoção apenas visa suprimir o poder paternal, sendo esse o seu único propósito. A adoção tem no domínio da constituição, dos efeitos e da extinção muito acentuadas diferenças, a tutela é um mero meio de suprimento das responsabilidades parentais e que apenas impõe ao tutor o dever de sustentar o pupilo (art. 1935.º, n.º 1 do CC), terminando automaticamente com a maioridade.

Finalmente quanto ao apadrinhamento civil, consagrado na Lei n.º 103/2009, de 11 de setembro, este não confere quaisquer direitos sucessórios legais e devem observar-se maiores restrições do que o adotante no exercício da administração do património da criança adotada. O apadrinhamento civil visa sobretudo promover a desinstitucionalização da criança ou jovem, evitando que permaneçam internados demasiado tempo em instituições de acolhimento.

Os pressupostos da adoção são muito mais exigentes que os do instituto de apadrinhamento civil, sendo que o apadrinhamento civil é revogável. Para além destas distinções, não se prevê a atribuição ao afilhado dos apelidos do padrinho.

Entre a adoção e o apadrinhamento civil os requisitos quanto às responsabilidades parentais são também diferentes. Na adoção o seu exercício cabe ao adotante sem

limitações, enquanto no apadrinhamento cabe ao padrinho mas podem existir limitações, ou do padrinho, ou dos pais, ou em igual medida.

#### **I.4. - Natureza Jurídica da Adoção**

Quanto à questão da natureza jurídica da adoção, confrontamo-nos com a conceção privatista e a conceção publicista da adoção, e todo o espaço dogmático que as separa<sup>61</sup>. A conceção privatista defende que a adoção é um contrato, ou pelo menos um ato negocial, onde a declaração de vontade do adotante é o ato nuclear da adoção. Esta solução extrema parece enquadrar-se no instituto jurídico da adoção nos moldes que esta apresentava, por exemplo, no Direito Romano ou no Código Napoleónico.

O regime português vigente do instituto da adoção não se coaduna com esta visão, visto que é só com a sentença judicial que é declarada a adoção. Mais argumentos se entropõem contra esta posição, nomeadamente, o facto de que conforme a idade do adotando é exigido o seu consentimento, além do consentimento dos pais naturais ou do representante legal da criança, por exemplo, e mais importante ainda nos parece, o facto de a adoção ter como fim o superior interesse da criança permite que no caso específico o juiz decida livremente sobre a oportunidade<sup>62</sup> da adoção, só devendo decretar a adoção se esta apresentar de facto reais vantagens para o adotante.

A conceção publicista, no outro extremo, que considera a sentença, ato judicial, o único ato relevante da adoção também não se consubstancia com a realidade do presente instituto jurídico. Ainda que o CC expressamente afirme que a adoção se constitui com a sentença judicial, a declaração de vontade do adotante não pode ser considerado como mero pressuposto, visto que sem esta nunca pode a adoção ser decretada. PERREIRA COELHO<sup>63</sup> considera a adoção como um ato complexo, sendo a declaração de vontade de adotante, ato de direito privado, e a sentença, ato de direito público, os dois atos constitutivos da adoção. Desta forma justifica o autor, a protecção do interesse geral pelo instituto da adoção. Há nesta matéria um consenso alargado entre

---

<sup>61</sup>Sobre a controvérsia da natureza jurídica contratualista ou publicista da adoção no Brasil, Sabrina Batista Barroso da Silva, *A Convenção de Haia de 1993 e a problemática da adoção internacional no Brasil*, pp. 17, 18, 138 e 139.

<sup>62</sup>Não se trata de um mero juízo de legalidade, antes um juízo de oportunidade. Cf. Rabindranath Valentino A. Capelo de Sousa, *A adoção : constituição da relação adoptiva*, p. 114.

<sup>63</sup>Vide Francisco Manuel Pereira Coelho, *Direito de família : sumários das lições ao curso de 1966-1967*, pp. 17 a 19.



os autores<sup>64</sup>.

Por fim, e antecipando-nos um pouco, compete-nos questionar a natureza jurídica da modalidade de adoção do presente estudo, a adoção internacional. A adoção internacional está sujeita à um procedimento que rejeita a adoção independente ou privada e implica a intervenção de autoridades de dois estados, o estado de residência da criança e o estado de residência do adotante. Visto que é preciso a vontade expressa do adotante e a intervenção de mais de um estado, de forma a preservar o superior interesse da criança<sup>65</sup>, os elementos que levam a classificar a adoção como ato complexo não parecem apresentar especificidades muito relevantes na questão da adoção internacional, pelo que esta tem a mesma natureza jurídica do instituto geral. A maior especificidade face à adoção nacional é a duplicação das entidades envolvidas, que torna a adoção internacional ainda mais complexa que a adoção nacional.

---

<sup>64</sup>Como por exemplo Rabindranath Valentino A. Capelo de Sousa, *A adoção : constituição da relação adoptiva*, pp. 211 a 221, Eduardo dos Santos, *Direito da Família*, pp. 634 e 635 ou Rui José Simões Bayão de Sá Gomes, *O novo regime de adoção*, p. 4.

<sup>65</sup>Cf. Sabrina Batista Barroso da Silva, *A Convenção de Haia de 1993 e a problemática da adoção internacional no Brasil*, p. 139

## **II. - Da Adoção Internacional**

### **II.1. - No direto internacional, e em especial, na Convenção de Haia de 1993**

No âmbito internacional, a primeira referência aos direitos da criança é de 1924, a quando da proclamação da Declaração dos Direitos da Criança, também conhecida como a Declaração de Genebra. A presente declaração não criou normas, antes instituiu princípios, no âmbito da proteção da criança e dos seus direitos.

Se no rescaldo da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial se procurou proteger e consagrar os direitos humanos, após tão grandes violações contra os mesmos, foi natural a evolução da proteção da criança e da família<sup>66</sup> onde ela se insere, o que levou à necessidade de regulamentação internacional para os direitos das crianças.

Com a criação da Organização das Nações Unidas, e do seu órgão específico para a defesa dos direitos das crianças, o Fundo das Nações Unidas para a Infância, UNICEF, aumentou-se a consciência internacional para a situação da criança e dos seus direitos. Em 1959 é proclamada por unanimidade, como resolução da Assembleia Geral, a Declaração Universal dos Direitos das Crianças, precisando e ampliando o conteúdo da Declaração de Genebra, e ampliando os direitos fundamentais das crianças. Esta contém meros valores programáticos, estando dividida em dez princípios.

Esta é a base da CDC. A convenção, enquanto documento internacional, assenta na importância da infância, de onde resulta a preponderância do princípio da proteção integral da criança.

Esta foi formulada pela Organização das Nações Unidas e adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989, através da Resolução n.º 44/25, sendo a criança definido no seu art. 1.º como todo aquele com idade inferior a 18 anos. A CDC, que serviu por sua vez de grande inspiração para a CH 1993, declara no seu preâmbulo a luta pela igualdade, justiça social e económica, e ressaltando o dever de proteção da criança, servindo portanto como bastião de proteção da criança e seus direitos no âmbito internacional.

A CDC trouxe também um grande avanço ao conseguir unificar no mesmo tratado internacional normas de âmbito civil, político, social e económico, travando assim a grande proliferação de instrumentos de direito internacional.

---

<sup>66</sup>A família passou a ser enunciada nos instrumentos de direito internacional como o elemento fundamental da sociedade, por exemplo no art. 16.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no art. 23.º do Pacto Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos ou no art. 18.º da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.

Contudo, sem dúvida que o maior desenvolvimento da presente convenção foi o facto de ser um instrumento de direito internacional com carácter imperativo, um verdadeiro tratado, isto é, as suas normas não são meras indicações morais, antes normas efetivas. Como tal suas normas vinculam verdadeiramente os estados.

As normas da CDC têm obrigatoriedade de cumprimento para os países ratificantes<sup>67</sup>, pelo que estes países comprometem-se pela ratificação a adotar as medidas internas necessária para assegurar os direitos previstos na convenção. Se bem que a aceitação internacional deste instrumento internacional tenha sido rápida, a sua consagração nos direitos internos dos países que a ratificaram tem sido mais lenta. É também de notar que apesar de a CDC ter um grande número de ratificações, tem também um grande número de reservas e declarações, em especial sobre os arts. referentes à adoção, pelo que a efetividade da CDC nunca será a mesma em todos os países que ratificaram a convenção<sup>68</sup>.

Nesta sede não nos podemos deixar de debruçar sobre o art. 3º da presente convenção, visto que este consagra o princípio do superior interesse do criança, impondo que “todas as decisões relativas às crianças, adotadas por instituições públicas ou privadas de proteção social, por tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, terão primordialmente em conta o interesse superior da criança”. O interesse dos pais biológicos e dos adotantes terá assim de ser sempre secundarizado face ao interesse da criança. Daqui podemos extrair a ideia de que o superior interesse da criança é um princípio transnacional. Este princípio, bem como outros, seria mais tarde reafirmando na CH 1993, de que trataremos em seguida.

A CDC trata diretamente da adoção nos seus arts. 20.º e 21.º<sup>69</sup>. O art. 20.º n.º 3 prevê que a criança possa ser privada do seu ambiente familiar de forma permanente, no caso da adoção, para proteger o seu superior interesse e fornecer-lhe uma família mais condizente como esse mesmo interesse. O art. 21.º al. b) por outro lado prevê expressamente a subsidiariedade da adoção internacional, e a al. c) prevê a aplicação das mesmas garantias e dos mesmos efeitos, quer à adoção constituída no estrangeiro, quer à adoção nacional. Também de muita relevância é ainda o art. 21.º al. d) da CDC, que proíbe ainda o aproveitamento económico da adoção. A presente convenção prevê

---

<sup>67</sup>Portugal foi um dos primeiros países a ratificar a presente convenção. Helena Isabel Dias Bolieiro, *O Direito da Criança a uma Família: Algumas Reflexões*, p. 99.

<sup>68</sup>Cf. Valéria Rodinéia Zanette, *Adoção internacional*, p. 17.

<sup>69</sup>Não podemos deixar de nesta sede lembrar o muito relevante artigo de Nuno Gonçalo da Ascensão Silva, *A adoção internacional*, pp. 93 a 109

ainda um órgão para supervisionar a aplicação da convenção, o Comité dos Direitos da Criança das Nações Unidas.

Contudo, continuou-se a sentir a necessidade de criação de um instrumento de direito multilateral que regulasse especificamente este instituto da adoção internacional e que garantisse a cooperação dos países signatários, tanto os de origem, como os de acolhimento de crianças.

Enquanto fonte de direito internacional sobre o instituto da adoção, a mais relevante é sem dúvida a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional<sup>70</sup>, de 29 de maio de 1993, também conhecida como Convenção de Haia de 1993, que entrou em vigor no ordenamento jurídico português em 2004 e que também já foi ratificado por muitos outros países<sup>71</sup>.

A CH 1993 é um instrumento internacional que prevê uma cooperação entre os países de origem das crianças e os países de acolhimento, com vista à operacionalização da adoção, tendo como principal objetivo, de acordo com o seu art.1.º:

a) Estabelecer as garantias para assegurar que as adoções internacionais sejam feitas no interesse superior da criança e no respeito dos seus direitos fundamentais, nos termos do direito internacional;

b) Estabelecer um sistema de cooperação entre os Estados contratantes que assegure o respeito dessas garantias, prevenindo assim o rapto, a venda ou o tráfico de crianças;

c) Assegurar o reconhecimento, nos Estados contratantes, das adoções realizadas de acordo com a Convenção.

Primeiramente, a CH 1993 instituiu no art. 4.º al. b) o princípio da subsidiariedade, que estabelece que a adoção internacional tem carácter subsidiário, privilegiando-se a manutenção da criança na sua família biológica e a conservação dos vínculos familiares. Assim sendo, a decisão de transferir a criança, por meio da adoção internacional, somente deverá ser tomada se não for possível ou recomendável uma solução nacional. Este princípio tem também grande consagração nas legislações nacionais, incluindo em Portugal.

---

<sup>70</sup>Convenção elaborada na 17.ª Seção da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado e assinada em 29 de maio de 1993, foi ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 7/2003, de 25 de fevereiro, que seria publicado, em anexo à Resolução da Assembleia da República n.º 8/2003, no Diário da República, série-A, de 25 de fevereiro de 2013. A CH 1993 entrou em vigor em Portugal em 1 de julho de 2004.

<sup>71</sup>Para um exemplo das adaptabilidades acrescidas necessárias para a aplicação da CH 1993 num estado federal, consultar Ann Laquer Estin, *Families Across Borders: The Hague Children's Conventions and the Case For International Family Law in the United States*, pp. 101 a 104.

A CH 1993 só tem aplicação quanto tanto a criança como o adotante tenham residência habitual<sup>72</sup> em estados que tenham ratificado a convenção, sendo este o âmbito de aplicação espacial. Doutra forma, a convenção não se aplica. Além da residência habitual em países contratantes, para a aplicação da CH 1993 é necessária a deslocação da criança entre os países contratantes, de outra forma estamos perante um adoção nacional e a CH 1993 simplesmente não se aplica. O critério da residência habitual também é o consagrado atualmente na legislação nacional portuguesa.

A CH 1993, além da referência no art. 1.º ao reconhecimento das adoções realizadas em conformidade com a convenção, dedicou o seu capítulo V a esta matéria. Estipulou também no seu art. 23.º que as adoções realizadas em conformidade com a convenção serão reconhecidas automaticamente pelos outros países contratantes da convenção. Tendo portanto eficácia automática nos países contratantes, como única exceção os casos em que o reconhecimento da adoção internacional seja manifestamente contrária à ordem pública, art. 24.º da CH 1993. Contudo a CH 1993 não tem eficácia retroativa, art. 41.º da CH 1993, só se aplicando a pedidos de adoção entrepostos depois da entrada em vigor da convenção no país de origem e de acolhimento da criança.

Com o advento da mencionada convenção alguns requisitos foram considerados necessários para a concretização da adoção internacional, nomeadamente que apenas estão abrangidos pela convenção as adoções que estabeleçam um vínculo semelhante à filiação. Por este motivo, o art. 2.º n.º 2 da CH 1993 deixava de fora a agora revogada adoção restrita, pois neste tipo de adoção não se estabelecia um vínculo entre adotante e adotado semelhante à filiação, bem como em outros institutos jurídicos, como o apadrinhamento civil ou a kafala<sup>73</sup>, por exemplo.

A CH 1993 aplica-se a adoções internacionais solicitadas tanto por pessoas singulares como casais. A CH 1993 não estabelece qualquer impedimento a adoções internacionais solicitadas por pessoas do mesmo sexo casadas, uniões de facto de casais de sexo diferente ou do mesmo sexo. Esta questão fica a cargo das leis nacionais. De

---

<sup>72</sup>Cf. Nathalie Meyer-Fabre, *La Convention de La Haye du 29 mai 1993 sur la protection des enfants et la coopération en matière d'adoption internationale*, pp. 263 a 265.

<sup>73</sup>No ordenamento jurídico espanhol pode a kafala ser equiparada funcionalmente a um acolhimento familiar ou a uma tutela, regulados pelo direito espanhol. Ainda à luz do ordenamento jurídico espanhol, e em especial na lei de adoção internacional espanhola, é expressamente possível que as adoções simples, ou menos “plenas”, constituídas por autoridade estrangeira competente podem ser convertidas em adoções “plenas”, reguladas pelo direito espanhol, desde que preencham critérios positivados e de difícil preenchimento. Sobre esta matéria consultar Ver Juan María Díaz Fraile, *ibidem*, pp. 138 a 140. Tais soluções de equivalência funcional não se apresentam como possíveis no direito português.

qualquer forma, se um país de acolhimento permitir a adoção internacional nestas situações, o país de origem da criança pode opor-se a adoção, de acordo com a sua lei.

A presente convenção estabeleceu ainda modelo de autoridades centrais, organismos centrais dos países que ratificaram a convenção e que ficam responsáveis pela processamento e acampamento dos processos de adoção internacional, dedicando o capítulo III da CH 1993 a este tipo de entidades, tratando também dos organismos acreditados, entidades que presentemente também existem em Portugal.

A presente convenção verteu claramente no seu art. 40.º a proibição dos estados ratificantes formularem reservas, pelo que os estados que ratificam a convenção aceitam-na na sua integralidade. Não podemos deixar de notar que esta convenção foi igualmente grande fonte de inspiração e exemplo para o regime vertido na nossa legislação nacional.

Fora destes instrumentos verdadeiramente internacionais, existem vários outros instrumentos transnacionais que trataram da adoção internacional, se bem que, muitos sem relevância para o caso português, como por exemplo o Código de Bustamante de 1928, o Seminário Europeu sobre a Adoção entre Países de 1960, a Convenção Interamericana sobre Conflitos de Leis em Matéria de Adoção de Menores de 1984, a Carta Africana dos Direitos e Bem-estar da Criança de 1999<sup>74</sup> ou a Recomendação 1443 (2001) do Conselho da Europa.

Compete ainda nesta sede aludir a outro instrumento internacional relevante para o caso português, a Convenção Europeia em Matéria de Adoção de Crianças, elaborada em Estrasburgo em 1967, vertida no ordenamento jurídico pela resolução da Assembleia da República n.º 4/90, e ratificado pelo decreto do Presidente da República n.º 7/90, entrada em vigor em 24 de julho de 1990.

## **II.2. - No direito português, e em especial, na Lei n.º 143/2015 de 8 de setembro**

No que diz respeito ao instituto da adoção no ordenamento jurídico português, este está consagrado constitucionalmente no já referido art. 36.º, n.º 7 da CRP, como “A adoção é regulada e protegida nos termos da lei”. A CRP deixa ao legislador ordinário a função de regulamentar a adoção, vetando-lhe assim a possibilidade de negar a existência do instituto.

---

<sup>74</sup>Para um estudo mais exaustivo sobre estes instrumentos recomendamos Valéria Rodinéia Zanette, *Adoção internacional*, pp. 21 a 24.

Nesta sede cumpre esclarecer sobre o critério para resolução de conflitos de leis, isto é, as normas de conflitos, que determinam a aplicabilidade de regras de um determinado ordenamento jurídico, através de elementos de conexão. No caso português é a lei pessoal, sendo os arts. 60.º e 61.º do CC as normas de conflito em matéria da adoção no ordenamento jurídico português. O art. 60.º n.º 1 do CC submete a constituição da filiação adotiva à lei pessoal do adotante<sup>75</sup>. Até ao DL n.º 496/77, de 25 de novembro, o critério era o da lei pessoal do marido. Com base no art. 31.º n.º 1 do CC, a lei pessoal é da nacionalidade do indivíduo.

No n.º 2 do art. 61.º do RJPA, já no título da adoção internacional, se remete para o CC e para o CPC as questões das normas de conflito, essencialmente pelo disposto nos arts. 60.º e 61.º do CC<sup>76</sup>, com referência também ao art. 17.º n.º 3 do CC. Quanto aos efeitos da adoção, o art. 60.º n.º 3 do CC prevê que será a lei do adotante que regulará as relações entre adotante e criança, o que vai de encontro à plena equiparação da adoção à filiação biológica.

Uma vez que Portugal não se vinculou a Convenção de Haia de 1965, sobre a regulação da competência das autoridades, a lei aplicável e o reconhecimento das decisões em matéria de adoção, a competência internacional dos tribunais portugueses é regulada pelas normas gerais sobre esta matéria, o art. 59.º, que remete para os arts. 62.º e ss do CPC.

Quanto a lei material, a já referida Lei n.º 143/2016, de 8 de setembro, aprovou um anexo o RJPA, no seu art. 5.º. O RJPA, regula tanto a adoção nacional como a adoção internacional<sup>77</sup>.

Na al. a) do art. 2.º do RJPA, este começa por apresentar uma definição de adoção internacional enquanto “processo de adoção, no âmbito do qual ocorre a transferência de uma criança do seu país de residência habitual para o país da residência habitual dos adotantes, com vista ou na sequência da sua adoção.”

O legislador nacional consagrou portanto o mesmo critério, para classificar uma adoção como internacional<sup>78</sup>, que está consagrado na CH 1993, logo o critério da lei

---

<sup>75</sup>Não se aplica nesta sede o Regulamento Bruxelas II bis, visto o seu art. n.º 1.º al. 3 excluiu da sua aplicação a matéria da adoção.

<sup>76</sup>Tendo como limitações os mecanismo de reenvio e da exceção da ordem pública.

<sup>77</sup>A adoção internacional também é conhecida por adoção entre países, adoção por estrangeiros ou adoção transnacional. Cf. Valéria Rodinéia Zanette, *Adoção internacional*, p. 5. Utilizaremos a expressão da lei, visto nos parecer a mais conceptualmente correta.

<sup>78</sup> Nesta sede não podemos deixar de chamar a atenção para o critério já bem definido por Isabel Maria de Magalhães Colaço, *Estudos sobre projectos de convenções internacionais : sobre o esboço de convenção acerca da adopção internacional de crianças, emanado da conferência da Haia de direito internacional*

portuguesa não é o da nacionalidade do adotante e da criança ser diferente, antes o critério do país de residência habitual do adotante ser diferente do país de residência habitual da criança. O superior interesse da criança enquanto critério basilar para a decisão com vista à futura adoção, art. 1974.º n.º 1 do CC, volta a ser reforçado na presente lei como o princípio orientador da adoção, art. 3.º al. a) do RJPA, sem contudo que o legislador tenha apresentado uma definição concreta deste princípio.

Depois do título I com disposições gerais e do título II para a adoção nacional, o RJPA reserva o título III para regular adoção internacional. Do art. 61.º ao 90.º do RJPA é pois amplamente regulamentado o processo da adoção internacional. O art. 61.º começa por apresentar novamente a noção de adoção internacional anteriormente explanada. Sem prejuízo dos princípios orientadores do art. 3.º do RJPA, o legislador consagrou mais três princípios orientadores da adoção internacional, o primeiro e nos parece mais importante, é o da subsidiariedade da adoção internacional, isto é, só é permitida a adoção internacional quando não haja forma de conseguir uma colocação permanente de natureza familiar no país de residência habitual da criança. Tal princípio implica que esta modalidade de adoção não é uma solução de primeiro recurso.

Não podemos deixar de neste âmbito refletir que a presente formulação deixa espaço a que adoção internacional seja posta de parte mesmo que a criança não encontre no seu país um vínculo que, à semelhança da filiação natural, mas independentemente dos laços de sangue, se estabelece entre duas pessoas. Os outros dois princípios, o da cooperação internacional e da colaboração interinstitucional são ambos referentes à necessidade de promover a colaboração entre as entidades nacionais e transnacionais para um processo de adoção bem-sucedido.

Não podemos deixar de concordar com MARIA MARGARIDA SILVA PEREIRA, no que respeito há existência também nesta sede da necessidade do segredo da identidade do adotante face aos pais naturais<sup>79</sup>. Ainda no capítulo das disposições gerais da adoção internacional, o legislador explanou circunstâncias impeditivas da adoção internacional, sendo estas só em relação aos países de origem de crianças<sup>80</sup>. O art. 63.º do RJPA identifica-as, sendo as ss:

---

*privado, In: Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, p. 211, nota de rodapé 5. Nesta aponta as adoções internacionais aquelas em que qualquer elemento põe em causa mais do que uma ordem jurídica nacional.

<sup>79</sup>Vide Maria Margarida Silva Pereira, *Direito da Família*, pp. 512 e 513.

<sup>80</sup>Esta circunstância parece denunciar uma verdade que não escapou ao legislador, que apesar dos vários esforços nacionais e internacionais, a realidade da adoção internacional continua a ter as categorias de países de origem e de acolhimento bem diferenciados.



- Situações de conflito armado ou catástrofe natural;
- Inexistência de autoridade com competência para controlar e garantir que a adoção corresponde ao superior interesse da criança<sup>81</sup>;
- Inexistência de garantias de observância dos princípios ético-jurídicos e normas legais aplicáveis à adoção internacional.

Parece-se-nos que as circunstâncias impeditivas da adoção internacional anteriormente expostas também se devem aplicar aos países de acolhimento, aliás não se concebe nenhuma consideração para que assim não seja, por serem estas razões atendíveis para se negar a adoção em qualquer situação. Por não terem sido previstas expressamente pelo legislador nesta ou noutra sede, deve-se fazer a integração desta lacuna patente<sup>82</sup>, através de analogia legis, considerando-se que a presente norma também é aplicável aos países de acolhimento<sup>83</sup>.

Do art. 1974.º n.º 1 do CC resulta que a adoção só será decretada se apresentar reais vantagens para o adotado, pressupondo por parte do legislador o entendimento de que nem sempre uma relação biológica de filiação se concretiza numa relação afetiva e sociológica, sendo o contrário possível. Seguindo os arts. 1980.º e 1978.º do CC, a natureza destas vantagens não se pode reduzir a vantagens patrimoniais, antes incluindo vantagens patrimoniais e não patrimoniais. Com a adoção pretende-se que a criança venha a beneficiar de uma família estável, estruturada, que lhe propicie uma educação tranquila, preparando-a para o futuro, com realismo, e lhe dê um ambiente de carinho, afeto e equilíbrio psicológico.

O art. 1974.º também consagra que a adoção se deve fundar em motivos legítimos, que não envolva sacrifícios injustos para os outros filhos do adotante e que seja razoável supor que entre o adotado e adotante se estabeleça um vínculo semelhante ao da filiação.

---

<sup>81</sup>Acompanhando Jorge Duarte Pinheiro, *O direito da família contemporâneo*, p. 165, nota de rodapé 359, o facto é que os países de origem que ficam de fora segundo este e os outros critérios são os que têm maior número de crianças que poderiam beneficiar da adoção internacional. De qualquer forma não deixamos de ser sensíveis à argumentação exposta em Comunicado de 10/08/2011, disponível em <http://www.seg-social.pt/adopcao-internacional>, consultado a 11-01-2017. Este argumenta que algumas destas circunstâncias acima e não permitem a verificação da situação pessoal e familiar das crianças e que a adoção e a adoção internacional não devem ser confundidas com quaisquer medidas ou planos de assistência humanitária e alimentar.

<sup>82</sup>Sobre a integração de lacunas cf. António dos Santos Justo, *Introdução ao estudo do direito*, pp. 349 a 361.

<sup>83</sup>Ainda que levando em conta o já citado Comunicado de 10/08/2011, disponível em <http://www.seg-social.pt/adopcao-internacional>, e que de facto as situações enunciadas não permitem a verificação da situação pessoal e familiar das crianças, tanto o elemento sistemático como o elemento teleológico do RJPA não permitem que crianças sejam enviadas para países de acolhimento que estejam nas situações anunciadas, colocando assim os crianças em perigo.

Sobre a aplicação à adoção internacional dos requisitos gerais da adoção nacional, e em especial sobre o caso da idade do adotante, a resposta parece ser negativa visto não se tratar de uma exigência da cláusula de ordem pública do estado português<sup>84</sup> (art. 22.º do CC), tratando-se apenas de uma opção politico-legislativa<sup>85</sup>.

### **II.2.1. - Adoção de crianças estrangeiras em Portugal**

Esta modalidade de adoção internacional encontra-se na secção I do Capítulo III da Lei n.º 143/2015, de 8 de setembro, dos arts. 76.º a 81.<sup>86</sup>. O primeiro passo nesta modalidade de adoção internacional é o residente em Portugal apresentar a sua pretensão de adoção de criança residente no estrangeiro no organismo da segurança social da área da sua residência.

As regras da candidatura à adoção nacional aplicam-se nesta sede, com as devidas adaptações (art. 76.º n.º 2 do RJPA). Será o organismo da segurança social a conduzir a instrução da candidatura da adoção internacional, de acordo com as informações disponibilizadas relativamente aos requisitos e elementos probatórios exigidos pelo país de origem. Posteriormente deverá remeter a candidatura à AC. Esta verifica a instrução da candidatura e transmite-a à autoridade competente do país de origem.

Aqui também se abre a possibilidade de um entidade mediadora instruir e transmitir a candidatura, ficando com a obrigação de informar a AC, além dos candidatos, da data da transmissão da candidatura à autoridade competente do país de origem. Todo este processo implica portanto cooperação internacional entre as autoridades do país de origem da criança e do país de acolhimento, que nesta vertente da adoção internacional será Portugal.

Após a receção da candidatura, e se a autoridade competente do país de origem, ou no caso do processo instruído por um entidade mediadora, apresentar um proposta concreta de adoção, competirá a AC, juntamente com o organismo de segurança social elaborar um estudo da viabilidade da adoção (art. 78.º do RJPA), tendo como elementos para análise do perfil do candidatura e o relatório da autoridade competente do país de

---

<sup>84</sup>Sobre esta matéria confira o Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 18-11-2008, Processo n.º 3/08.7YRCBR, Relatora: Sílvia Pires.

<sup>85</sup>Cf. Maria Margarida Silva Pereira, *Direito da Família*, pp. 518 a 527.

<sup>86</sup>Pela síntese do estudo recomendamos nesta sede, Jorge Duarte Pinheiro, *O direito da família contemporâneo*, pp 164 e 165.

origem sobre a situação da criança. Se as necessidades da criança e a capacidade do candidato corresponderem, será considerado a adoção viável.

Nesta sede é importante sublinhar que antes de se pronunciar sobre a correspondência das necessidades da criança e a capacidade do candidato correspondente, deverá a AC exigir o comprovativo da situação de adotabilidade da criança, assim como da observância do princípio da subsidiariedade desta modalidade de adoção, isto é, deverá verificar-se se não seria possível uma colocação familiar permanente da criança no seu país de residência habitual. Ainda segundo o art. 78.º do RJPA, caso se conclua pela viabilidade da adoção, a AC o comunicará à autoridade competente do país de origem da criança.

A adoção é decretada em Portugal ou no país de origem, consoante assim tenha sido acordado entre a AC e autoridade competente ou tal resulte imperativamente da legislação do país de origem.

### **II.2.2. - Adoção de crianças residentes em Portugal por candidatos residentes no estrangeiro**

Esta modalidade de adoção internacional encontra-se na secção II do Capítulo III da Lei n.º 143/2015, de 8 de setembro, dos arts. 82.º a 89.º, só sendo permitida no caso de a adoção não poder ocorrer em Portugal. O legislador restringiu esta forma de adoção, com garantias substanciais e em que o superior interesse da criança é tido em conta.

Consagra todo o art. 82.º a aplicação do princípio da subsidiariedade nesta modalidade de adoção internacional, relevando maior preocupação em firmar este princípio nesta vertente que implica a deslocação de crianças residentes em Portugal para o estrangeiro. Ainda neste art. estabelece muito claramente as situações em que considera que será viável a adoção em Portugal, e portanto não viável a adoção internacional, com um escopo temporal relativamente curto.

O art. 83.º do RJPA só admite esta modalidade de adoção no caso de cumprimentos dos requisitos expostos, todos eles visando o superior interesse da criança. A al. c) é de relevar, pois reproduzindo quase textualmente o art. 1974.º n.º 1 do CC, não reproduz a questão de não envolver um sacrifício injusto para os outros filhos do adotante, deixando em aberto esta possibilidade.

Mas é também de revelar que apenas as outras duas als. tem ser comprovadas documentalmente, segundo o art. 84.º n.º 3 do RJPA. Os arts. ss. vão contextualizando o

processo de adoção, que envolve grande cooperação e colaboração entre as diversas entidades envolvidas. A verdade é que em situações transnacionais o superior interesse do menor é mais difícil de apurar e é preciso uma cooperação reforçada das entidades envolvidas.

### **II.3. - Da Autoridade Central e das entidades mediadoras**

O RJPA criou também a Autoridade Central para Adoção Internacional, sendo esta uma das entidades competentes em matéria de adoção. O legislador define a presente autoridade como a responsável pelo cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal na Convenção de Haia, de maio de 1993. Apesar de ser o RJPA o primeiro diploma legal a tratar exaustivamente da AC, consagrando e explanando de forma muito clara as suas competências, esta figura não é nova no regime jurídico português.

Com a ratificação da CH 1993 em Portugal, e cumprindo o art. 6.º da CH 1993<sup>87</sup>, foi designada a Direcção-Geral da Segurança Social, da Família e da Criança como autoridade central. Ainda anteriormente à ratificação, segundo o art. 29.º n.º 1 al. b) do DL n.º 185/93, de 22 de maio, era a Direcção-Geral da Acção Social a autoridade central portuguesa nesta matéria<sup>88</sup>.

Contudo, a criação da AC, com as suas competências explicitadas, é a entrada definitiva do legislador nacional no espírito da CH 1993, e no seu modelo assente nas autoridades centrais, onde estes têm principalmente de defender os vários interesses possivelmente conflituantes. O legislador consagrou aliás na al. a) do art. 65.º do RJPA este objetivo como uma atribuição da AC. Esta intervém em todos os processos de adoção internacional, incluído os que envolvam países não signatários da CH 1993<sup>89</sup>.

Uma das grandes funções da AC é inspecionar as entidades mediadoras acreditadas e autorizadas, das quais falaremos em seguida, e comunicar ao Secretariado Permanente da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado os dados destas mesmas entidades mediadoras.

---

<sup>87</sup>Cf. *Adoção*, dir. Paulo Guerra ; conceção e org. Ana Massena, p. 275.

<sup>88</sup>E neste evoluir histórico compete ainda aludir que segundo o art. 3.º n.º 2, al. x) do DL n.º 83/2012, de 30 de março, passou a ser o Instituto da Segurança Social, I.P. a autoridade central portuguesa.

<sup>89</sup>Como indicado por Jorge Duarte Pinheiro, *O direito da família contemporâneo*, p. 165, no procedimento da adoção internacional temos de ter duas autoridades centrais a apreciar a pretensão do adotante e a acompanhar o procedimento de adoção, a autoridade do país de origem e do país de acolhimento, isto é, se estivermos perante dois países que ratificaram a CH 1993 e tendo estas autoridades centrais para acompanhar os processos de adoção internacional.

O RJPA permite também a intervenção de entidades mediadoras no processo de adoção internacional, segundo o modelo da CH 1993. Este tipo de entidades já era permitido no ordenamento jurídico português pelo DL n.º 120/98, de 8 de maio, e pelo Decreto-Regulamentar n.º 17/98, de 14 de agosto.

No RJPA as entidades mediadoras estão definidas no art. 1.º n.º 3 al. b), enquanto entidades devidamente autorizadas e acreditadas, nas condições e com os limites estabelecidos na RJPA e que podem portanto intervir no processo de adoção internacional.

O art. 66.º do RJPA começa por indicar em que consiste a atividade de mediação, exemplificando, a receção e encaminhamento para a autoridade competente, no caso da adoção de crianças residentes em Portugal, a AC, das pretensões dos candidatos a adotantes.

Podem ser entidades mediadoras as entidades que cumulativamente preencham as condições do art. 67.º do RJPA, nomeadamente prossigam fins não lucrativos e tenham por objetivo a proteção da criança, disponham dos meios financeiros e matérias adequados, tenham uma equipa técnica multidisciplinar e sejam representadas e administradas por pessoas qualificadas e idóneas, com conhecimentos ou experiência em matéria de adoção internacional.

As creditações e autorizações das entidades dependem sempre da AC, através de processos próprios, cujas decisões deveram, no caso de deferimento, ser publicadas no *Diário Da República*. Em ambos os processos as entidades terão de comprovar que preenchem os requisitos cumulativos do art. 67.º do RJPA. É de louvar o facto de o legislador ter previsto nesta sede que o exercício da atividade mediadora não autorizada constitui a prática de um crime punível com prisão até dois anos ou multa até 24 dias (art. 68.º n.º 3 do RJPA).

O RJPA prevê ainda que as entidades mediadoras autorizadas e acreditadas ficam sujeitas ao controlo e supervisão da AC tendo além de um dever de informações sobre irregularidades ou violações de normas imperativas no domínio do processo de adoção, o dever de apresentar anualmente um relatório das suas atividades. A acreditação das entidades mediadoras pode ser revogada, assim como a autorização. Ao abrigo do RJPA, atualmente são três os organismos portugueses autorizados a mediar

adoções de crianças residentes no estrangeiro e dois os organismos estrangeiros autorizados a mediar adoções de crianças residentes em Portugal<sup>90</sup>.

#### **II.4. - Adoção internacional em países não-contratantes da Convenção de Haia**

É nesta sede importante relembrar que a CH 1993 prevê no seu art. 39.º n.º 2 que os países contratantes podem celebrar com outros países contratantes acordos, tendo em visto favorecer a aplicação da CH 1993 nas suas relações recíprocas. Um exemplo deste tipo de acordo é o Protocolo de Cooperação entre as autoridades centrais de Portugal e da República da Eslováquia<sup>91</sup>, para promover a tramitação de processos, a colaboração institucional e a partilha de boas práticas.

Não se confundindo com os acordos acima expostos, nada impede os acordos judiciais bilaterais entre e com países não contratantes da CH 1993, por exemplo, um acordo entre Portugal e um outro qualquer país não-ratificante da CH 1993, para regular o processo de adoções internacionais entre estes países. Com a resolução da Assembleia da República n.º 67/2003, Portugal aderiu à Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, de 1969. Assim, pode celebrar acordos jurídicos bilaterais com efeitos entrepartes, acordando a realização de adoções fora do contexto da CH 1993<sup>92</sup>.

É importante também relembrar que não existe norma jurídica que impeça as adoções internacionais entre Portugal e países não-contratantes da Convenção de Haia. No entanto, os princípios e as salvaguardas da Convenção, vertidos na legislação portuguesa reguladora da adoção internacional, são igualmente aplicados nas adoções internacionais entre Portugal e países não-contratantes da Convenção de Haia. Assim, só será possível um processo de adoção internacional com os países que aceitem as candidaturas transmitidas pela autoridade central portuguesa.

O legislador tem sempre espaço para melhorar a legislação<sup>93</sup>, no sentido de favorecer a adoção internacional. E pode também aumentar as possibilidades da adoção internacional firmando mais acordos, de forma a estreitar e aprofundar a cooperação, com os outros países vinculados à CH 1993 e firmar mais acordos jurídicos bilaterais

---

<sup>90</sup>Segundo o s. endereço <http://www.seg-social.pt/adopcao-internacional>. Acedido em 11-01-2017.

<sup>91</sup>Disponível no endereço [http://www.seg-social.pt/documents/10152/7162170/Protocolo\\_eslov%C3%A1quia\\_2014/4d379309-eb59-4cb8-b3ac-abff8345418f](http://www.seg-social.pt/documents/10152/7162170/Protocolo_eslov%C3%A1quia_2014/4d379309-eb59-4cb8-b3ac-abff8345418f). Consultado a 11-01-2017.

<sup>92</sup>Aplicando ao caso português, com as adaptações necessárias, o indicado do caso brasileiro por Wilson Donizeti Liberati, *Manual de adoção internacional*, p. 102

<sup>93</sup>Cf. Maria Margarida Silva Pereira, *Direito da Família*, p. 517.

com países não contratantes da CH 1993, podendo contar com ajuda da AC (art. 65.º al. f) do RJPA).

## **II.5. - Reconhecimento das decisões de adoção internacional**

Quanto ao reconhecimento de decisões, o art. 978.º do CPC exige que qualquer decisão sobre direitos privados, proferida por tribunal estrangeiro, só terá eficácia em Portugal, depois de revista e confirmada, segundo os requisitos do art. 980.º do CPC. Contudo, e como o próprio art. 978.º n.º 1 do CPC também prevê, tal é o critério geral. O já referido art. 23.º da CH 1993 e o art. 90.º n.º 1 do RJPA, lei especial face ao CPC, preveem quanto às decisões de adoção internacional proferidos no estrangeiro e certificadas em conformidade com a CH 1993, que estes têm eficácia automática em Portugal<sup>94</sup>.

Além disso, ainda ao abrigo do art. 90.º do RJPA, as decisões de adoção internacional abrangidas por acordos jurídicos bilaterais que dispensem a revisão de sentença estrangeira tem também eficácia automática. Nos casos que não se enquadrem nestas duas hipóteses, a eficácia em Portugal da decisão estrangeira de adoção depende de reconhecimento a efetuar pela AC, sendo este procedimento regulado pelos n.ºs ss. do art. 90.º do RJPA. A decisão não deve ser reconhecida se tal for manifestamente incompatível com os princípios da ordem pública internacional do Estado português (art. 90.º n.º 4 do RJPA).

Assim só é possível adotar uma criança com origem num país que aceite a candidatura transmitida pela AC, e se for igualmente um instituto conhecido no ordenamento jurídico de origem do menor<sup>95</sup>, independentemente de ser ou não um país vinculado à CH 1993. A CH 1993 tem várias vantagens para os estados, como garantir a legalidade e a tranquilidade na correção do processo, além do facto de não regular diretamente a lei aplicável a cada estado, mas como é óbvio nenhum estado é obrigado a vincular-se à CH 1993.

---

<sup>94</sup>Vide o Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 03-05-2007, Processo n.º 7714/2006-2, Relatora: Ana Paula Boularot,

<sup>95</sup>Vide Nuno Ascensão Silva, *A adoção internacional*, p. 99.

## II.6. - Efeitos da adoção internacional

A adoção internacional partilha com a adoção nacional grande parte dos seus efeitos, nomeadamente pessoais e patrimoniais, visto que Portugal já não se distingue modalidades de adoção quanto aos seus efeitos. Contudo, pela natureza das situações internacionais, existem alguns efeitos que poderão ser gerados e que não encontram paralelo na adoção nacional.

Em ambas as modalidades de adoção, o adotado adquire a situação de filho do adotante e integra-se na família deste<sup>96</sup>, extinguindo-se as relações familiares entre o adotado e os seus ascendentes e colaterais naturais, art. 1986.º n.º 1 do CC<sup>97</sup>, não sendo possível estabelecer a filiação natural do adotado nem fazer a prova dessa filiação, fora do processo preliminar de casamento, art. 1987.º do CC.

O decretar da adoção, e criação de um vínculo de filiação com os pais adotivos, tem efeitos também nos direitos sucessórios, passando este a ser considerado como filho, e tendo portanto todos os direitos sucessórios advindos dessa qualidade, passando portanto a poder aplicar-se-lhe igualmente a incapacidade sucessória por indignidade (art. 2034.º e ss. do CC). Essa condição de filho também tem obviamente efeitos, por exemplo, na regulação das responsabilidades patrimoniais ou nos impedimentos matrimoniais. Alguns destes efeitos anteriores estão expressos no art. 26.º da CH 1993<sup>98</sup>, para o reconhecimento das adoções internacionais constituídas entre países vinculados à CH 1993.

Mas a adoção em Portugal também efeitos no próprio nome do adotado, visto que este perde os seus apelidos de origem e adquire os apelidos do adotante, art. 1988.º do CC. Em algumas situações, pode também mudar-se o seu nome próprio<sup>99</sup>, a pedido do adotante e se o tribunal concordar, art. 1988.º n.º 2 do CC. Este efeito da adoção pode ser de grande importância na adoção internacional, pois poderá facilitar além da

---

<sup>96</sup>Criando-se um status familiae, e não apenas status filii. Cf. Juan María Díaz Fraile, *ibidem*, p. 127

<sup>97</sup>Cf. João de Castro Mendes, *ibidem*, pp. 424 a 426.

<sup>98</sup>Considerando a extensão dos efeitos da adoção como um mínimo, para que fosse possível a sua aplicação em todos os países vinculados. Cf. Nathalie Meyer-Fabre, *La Convention de La Haye du 29 mai 1993 sur la protection des enfants et la coopération en matière d'adoption internationale*, p. 280

<sup>99</sup>Sobre esta matéria analisar o muito interessante, ainda que seja um caso de adoção nacional, o Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 06-11-2007, Processo nº 8155/2007-7, Relatora: Isabel Salgado, cujo relevante sumário não resistimos a transcrever: “Justifica-se a alteração do nome próprio da criança, nos termos do disposto no artigo 1988.º/2 do CC, devendo considerar-se a escolha dos pais adoptivos, doravante a família do adoptado plenamente, designadamente quando a ligação da criança à nova família ocorra em tenra idade e não se evidencie nenhum inconveniente para a vivência da criança com esse novo nome próprio.”



integração na família, também uma melhor integração da criança no seu novo meio social e cultural envolvente.

Os efeitos da adoção internacional que normalmente não resultam da adoção nacional serão os relacionados com a nacionalidade do adotado. Sendo a aquisição de nacionalidade matéria de direito público, caberá a cada estado a regulamentação desta matéria. Da adoção internacional poderá portanto resultar a perda ou manutenção da nacionalidade da criança e a obtenção ou não da nacionalidade do adotante.

No caso da adoção por residentes em Portugal de crianças residentes no estrangeiro, segundo o art. 5.º da lei da nacionalidade, Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, republicada pela Lei orgânica n.º 9/2015, de 29 de julho: “O adotado plenamente por nacional português adquire a nacionalidade portuguesa.” Este art. só se aplica, como fica claro da lei, se o residente em Portugal tiver também a nacionalidade portuguesa. Se o residente em Portugal não tiver a nacionalidade portuguesa, a criança adotado poderá sempre adquirir a nacionalidade portuguesa por outra forma consagrada na lei para o efeito.

Apesar da lei da nacionalidade continuar a referir-se à adoção plena, convém ao jurista interpretar a lei de forma restritiva<sup>100</sup>, como tratando-se da adoção em geral, visto que atualmente no sistema jurídico português só existe uma modalidade de adoção quanto aos efeitos, a antiga modalidade de adoção plena e tendo a adoção restrita sido revogada.

A lei da nacionalidade dedica o seu capítulo IV à oposição à aquisição da nacionalidade por efeito da vontade ou da adoção, permitindo que em certos casos de adoção, não resulte o adquirir da nacionalidade portuguesa por parte do adotado. Este efeito pode também decorrer da adoção nacional, no caso de a criança em Portugal não ter adquirido a nacionalidade portuguesa até ao momento da adoção por outro motivo.

Por outro lado, no caso da adoção de crianças residentes em Portugal por candidatos residentes no estrangeiro, se o candidato não for português, a obtenção pela criança da nacionalidade do adotante dependerá das leis do país de acolhimento. Contudo, a lei portuguesa não estabelece a perda da nacionalidade portuguesa pela adoção por adotante de outra nacionalidade, e no caso da aquisição da nacionalidade do adotante, tal não tem consequências em relação à nacionalidade portuguesa da criança.

---

<sup>100</sup>Sobre a interpretação restritiva cf. António dos Santos Justo, *Introdução ao estudo do direito*, pp. 345 a 347.

Igualmente convém não esquecer que no caso de um criança adotado adquirir a nacionalidade de um dos países-membros da União Europeia, passa também a ter a cidadania da União. Esta foi instituída pelo Tratado de Maastricht em 1992, e sendo complementar da cidadania nacional, não a substitui. Os cidadãos da União gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres previstos no Tratado, art. 20.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia<sup>101</sup>.

## **II.7. - Conhecimento das origens do adotado na adoção internacional**

Neste seguimento convém também tratar sucintamente da questão muito relevante do conhecimento das origens do adotado na adoção, e em especial na adoção internacional. O art. 1985.º do CC regula o segredo de identidade entre o adotante e os pais naturais do adotado<sup>102</sup>, em ambos os sentidos. Este é garantido pelo art. 5.º do RJPA, sendo que todas as entidades públicas e privadas têm o dever de adotar as providências necessárias à preservação do segredo de identidade consagrado no art. 1985.º do CC. O segredo de identidade também deve ser preservado nos procedimentos destinados ao reconhecimento de sentença estrangeira (art. 90.º al. 9 do RJPA). O art. 4.º n.º 1 do RJPA expressamente consagra também ter o processo de adoção carácter secreto.

A Lei n.º 143/2015, de 8 de setembro, aditou por outro lado o art. 1990.º-A ao CC, em ligação com o art. 6.º do RJPA, regulando a possibilidade expressa de adotado ter acesso ao conhecimento das suas origens, regulando como o pode fazer. Mediante solicitação expressa do adotado, desde que este tenha idade igual ou superior a 16 anos, os organismos de segurança social, têm o dever de prestar informação, aconselhamento e apoio técnico no acesso ao conhecimento das suas origens. O n.º 2º consagra também que durante a menoridade é sempre exigida autorização dos pais adotivos ou do representante legal.

São as entidades competentes em matéria de adoção que devem conservar as informações sobre a identidade, as origens e os antecedentes do adotado, durante um prazo de pelo menos 50 anos. Em sede de adoção internacional a entidade competente é a AC, segundo a al. k) do art. 65.º do RJPA, que deve garantir a conservação da

---

<sup>101</sup>Nesta sede é impossível não lembrar as dificuldades que podem surgir do confronto das diferenças de regime adotivos entre os países da União Europeia e a liberdade de circulação dentro da mesma, pilar da União, seguindo Corte-Real, Carlos Pamplona e Pereira, José Silva, *Direito da família: tópicos para uma reflexão crítica*, pp. 121, 163 e 164.

<sup>102</sup>Cf. Jorge Duarte Pinheiro, *A Adopção em Portugal*, in Estudos de Direito da Família e das Crianças, p 98 e nota de rodapé 148.

informação de que disponha sobre o assunto. Na prática, será a AC a guardiã da identidade pessoal das crianças adotadas através da adoção internacional.

Contudo, em determinadas situações e com ponderados fundamentos em motivos de saúde do menor, a requerimento dos pais ou do Ministério Público, pode ser autorizado o acesso a elementos da história pessoal do adotado (art. 6.º n.ºs 6 e 7 do RJPA). Esta permissão coloca o seu foco no superior interesse da menor adotado<sup>103</sup> e nas suas necessidades, nomeadamente de saúde, respeitando assim o direito à identidade pessoal consagrado constitucionalmente no art. 26.º n.º 1 da CRP.

O facto é que mesmo que a adoção extinga a relação de filiação com os pais biológicos e se criar um vínculo análogo à filiação, com o adotante ou adotantes, o adotado é biologicamente filho dos seus pais biológicos, e para garantir o seu melhor interesse, pode ser necessário que se tenha acesso a essa informação, isto é, se tenha acesso à sua identidade biológica. Este acesso pode ainda adquirir mais importância na adoção internacional tendo em conta possíveis situações transnacionais como epidemias ou acidentes nucleares.

Depois do adotado atingir a maioridade, pelo art. 1990.º-A do CC e pelos arts. 4.º n.º 2 e 6.º n.º 1 do RJPA, pode o processo da adoção ser acedido pelo adotado, assim como este solicitar expressamente o acesso ao conhecimento das suas origens.

---

<sup>103</sup>Cf. Maria Margarida Silva Pereira, *Direito da Família*, pág. 499, nota de rodapé 500.

### III. - Do Superior Interesse da Criança

#### III.1. - Aproximação Conceptual

Se todo o ser humano tem direito à proteção dos seus direitos, a criança, que tem pela sua natureza mais fragilidades, precisa de uma proteção que prioriza o seu interesse. Neste ponto é necessário esclarecer no que consiste o superior interesse da criança. Todavia, a tarefa apresenta-se como de difícil concretização, visto que não há possibilidade de apresentarmos uma definição precisa. Contudo, vamos tentar aproximarmo-nos do conceito e apresentar alguns elementos que podem contextualizá-lo e definir o seu conteúdo.

O superior interesse da criança<sup>104</sup> foi pela primeira vez utilizado no Código Civil Francês de 1804<sup>105</sup>, contudo é só a partir da sua utilização na CDC de 1989, e em especial do seu art. 3.º n.º1, sendo esta o tratado que tem o maior número de ratificações de entre os tratados sobre os direitos humanos, que este princípio passou a constituir um conceito comum no direito dos menores, tanto internamente como internacionalmente.

O facto de conter mais que meras indicações morais, e verdadeiramente comprometer os estados com os direitos e especificidades da infância, alterou o paradigma sobre a criança, que se passou a considerar como verdadeira titular<sup>106</sup> de direitos e liberdades fundamentais. Assim, foi posto fim ao tom paternalista<sup>107</sup> que até aí imperava nas declarações de 1924 e 1959, apesar das referências ao superior interesse da criança nestas declarações<sup>108</sup>.

O interesse superior da criança na CDC superou o conceito tradicional de proteção, para um verdadeiro conceito de direitos individuais, em que a criança é considerada como sujeito de direitos<sup>109</sup>, e não objeto dos mesmos. A criança passou a ser considerada com um ser autónomo e completo<sup>110</sup>, embora diferente do adulto, sendo essa diferença identificadora. Afinal, uma criança não é um adulto em miniatura<sup>111</sup>.

---

<sup>104</sup>Conceito fundamental do direito da família, e dos menores em particular, é utilizado por Maria Clara Sottomayor como elemento finalístico para a autonomização do direito dos menores como um ramo de direito. Vide *Temas de direito das crianças*, p. 49.

<sup>105</sup>Cf. Catarina Tomás, *Convenção dos direitos da criança: reflexões críticas*, p. 129.

<sup>106</sup>Cf. Anabela Miranda Rodrigues, *O Superior Interesse da Criança*, p. 36.

<sup>107</sup>Para um estudo muito interessante sobre a evolução do direito dos menores na família e no direito da família, Maria Margarida Silva Pereira e Rui Soares Pereira, *Memória e presente de direito da família*, pp. 162 e ss.

<sup>108</sup>Por exemplo de forma encapotada no ponto 1 da Declaração de Genebra de 1924 e claramente nos princípios 2.º e 7.º da Declaração dos Direitos da Criança de 1959.

<sup>109</sup>Cf. Marco Alexandre Saias, *A convenção sobre os direitos da criança*, p. 821.

<sup>110</sup>Para perceber esta mudança de perspetiva em relação à criança é útil consultar [https://www.unicef.org/crc/index\\_protecting.html](https://www.unicef.org/crc/index_protecting.html). Acedido em 13-01-2017.

<sup>111</sup>Cf. Maria Clara Sottomayor, *A noção da criança na lei e nas ciências sociais*, p. 11.

A criança, então enquanto sujeito de direitos, pode exercer os seus direitos em função da sua progressiva idade, maturidade e desenvolvimento das suas capacidades. Os pais devem guiar-se também por este princípio para exercerem as suas responsabilidades perante os filhos, funcionando o interesse da criança como limite ao poder dos adultos, que estão em posição de tomar decisões pela criança unicamente pela inexperiência da mesma.

Este princípio promove o direito da criança de exprimir livremente a sua opinião sobre questões que lhe digam respeito e de ver essa opinião tomada em consideração, segundo o art. 12.º da CDC<sup>112</sup>. No caso português, antes mesmo da CDC já esta vertente tinha sido consagrada no art. 1878.º n.º 2 do CC<sup>113</sup>: “Os filhos devem obediência aos pais; estes, porém, de acordo com a maturidade dos filhos, devem ter em conta a sua opinião nos assuntos familiares importantes e reconhecer-lhes autonomia na organização da própria vida.”

Esta conceção também influenciou alterações por exemplo no poder paternal, que passou a ser entendido como um poder funcional, concedendo espaço de autonomia à criança face aos pais, fundamentando-se na proteção e promoção do desenvolvimento integral da criança, e não na incapacidade geral de agir da mesma<sup>114</sup>.

Visto que a CDC consagrou o superior interesse da criança como princípio-guia do exercício das responsabilidades privadas em relação às crianças, bem como das públicas, também os estados devem prosseguir as suas atuações com este princípio em consideração. Portugal consagrou estas preocupações com a infância no seu direito constitucional. Assim, conforme o disposto nos arts. 69.º e 70.º da CRC, o Estado Português, em conjunto com a sociedade, tem o dever de proteger a criança com vista ao seu desenvolvimento harmonioso. Em especial, no art. 69.º n.º 1, a CRC reconhece à criança o “direito à proteção da sociedade, com vista ao seu desenvolvimento integral”.

Também na legislação comunitária está presente o superior interesse da criança, por exemplo no Regulamento Bruxelas II bis, baseia-se neste princípio para justificar a transferência do processo do tribunal originariamente competente para outro que se mostre melhor colocado para julgar a questão, se a mesma for aceite pelo menos por uma das partes (art.º 15.º n.º 2).

---

<sup>112</sup>Sobre os direitos de participação vide Maria Clara Sottomayor, *Temas de direito das crianças*, pp. 52 a 58.

<sup>113</sup>E que continuará para o futuro, vide art. 5.º n.º 1 do Regime Geral do Processo Tutelar Cível, Lei n.º 141/2015, de 8 de setembro.

<sup>114</sup>Cf. Maria Clara Sottomayor, *ibidem*, p. 33.

É o interesse da criança que legitima a intervenção do Estado, tendo este o dever de oferecer à criança as condições que lhe permitam desenvolver a sua personalidade, ainda em formação, de modo socialmente responsável e de promover, na maior medida do possível, a realização dos seus direitos. Aliás, o princípio do superior interesse da criança deve ser considerado tanto nas decisões e ações estaduais como judiciais. Face ao exposto, se depreende que aquando da tomada de uma posição que diga respeito à uma criança, surge o interesse dessa mesma criança como critério orientador para a tomada dessa decisão, além do interesse geral.

Apesar de encontramos na legislação nacional e internacional, a que Portugal se encontra vinculado, uma grande variedade de arts., relativos ao interesse superior da criança, nenhum deles nos esclarece verdadeiramente sobre o que se poderá entender por superior interesse da criança. Estamos perante um conceito jurídico indeterminado<sup>115</sup>. Não criando direitos nem deveres, apenas apresenta um princípio que tem de ser tomado em consideração relativamente a todas as ações e decisões que digam respeito à criança, como base para uma abordagem centrada na criança relativamente à ações e decisões que a afetam, para avaliar as leis e práticas dos estados que tenham com objetivo a proteção das crianças e como princípio mediador, que permita resolver conflitos entre diferentes direitos<sup>116</sup>.

Importa também realçarmos que o superior interesse da criança não é um conceito imutável, variando com os costumes de cada sociedade<sup>117</sup>. Mas mesmo mantendo o objetivo de proteção da criança, enquanto sujeito de direitos, o superior interesse da criança não poderá ser um conceito absoluto, que valha para absolutamente todos os casos. Com a evolução dos direitos da criança, também o conceito de superior interesse da criança tem de necessariamente evoluir. Estamos portanto perante um conceito evolutivo e dinâmico.

Uma vez que é impossível prever todas as situações a que se pretende dar resposta, a única resposta possível é um conceito indeterminado, que permite assim uma adaptabilidade das normas às situações da vida. É assim utilizado de forma a permitir ao

---

<sup>115</sup>“O superior interesse da Criança é necessariamente um conceito indeterminado, que deve, em todo o caso, funcionar como fim a prosseguir por todos quantos possam contribuir para o desenvolvimento harmonioso e saudável de qualquer Criança.” Vide Rui Alves Pereira, *“Por uma cultura da criança enquanto sujeito de direitos: o princípio da audição da criança”*, p. 5.

<sup>116</sup>Cf. Marco Alexandre Saias, *A convenção sobre os direitos da criança*, p. 822 e Lúcio Laborinho, *As Crianças e os Direitos - O Superior Interesse da Criança* –, pp. 186 e 187.

<sup>117</sup>Sobre o conforto entre o estatuto do menor na sociedade ocidental e na sociedade oriental, nomeando islâmica, vide Antonia Durán Ayago, *El interés del menor en el conflicto de civilizaciones: elementos para su concreción en un contexto intercultural*, pp. 4 a 10.

decisor jurídico alguma discricionariedade para observar o seu significado em cada caso concreto, designadamente, às circunstâncias que rodeiam a vida do criança e da sua família.

Como tal, o superior interesse da criança é um conceito indeterminado que depende da valoração casuística. Um ponto que vale também a pena esclarecer, é que o superior interesse da criança não deve ser analisado apenas em relação à contemporaneidade da decisão, antes devem ser também levadas em conta o futuro e as necessidades futuras da criança no momento da decisão. É fundamental que na concretização do conceito jurídico indeterminado que é o interesse superior da criança, se tenha em consideração o caso concreto e todos os fatores a ele inerentes, alcançando-se, então, o resultado almejado que será a promoção e proteção dos direitos da criança. Para tal, a importância da participação da criança, a que aludimos acima, mostra-se fundamental.

O juiz terá portanto, no âmbito judicial, de preencher o conceito de superior interesse da criança através de juízos de valor e de experiência que, em face do caso concreto, determinam a escolha de uma solução concreta. Mas o facto é que se depende de juízos de valor e de experiência do juiz, a prática judicial pode assumir contornos distintos consoante a mentalidade e a sensibilidade do juiz<sup>118</sup>, podendo por em causa o princípio da igualdade e a da segurança jurídica, por estar dependente das convicções pessoais e preconceitos dos juizes.

Para que possa ser alcançado o superior interesse da criança, é fundamental afastar o arbítrio do juiz, e a insegurança jurídica, garantindo a efetivação dos direitos da criança. Contudo, seguindo alguma doutrina<sup>119</sup> também não se pode afirmar que o juiz tenha total discricionariedade no preenchimento do conceito. Ainda que se permita alguma discricionariedade na interpretação do caso concreto, para escolher uma entre várias opções igualmente válidas, dentro do superior interesse da criança podemos distinguir entre diferentes zonas de valoração. E o núcleo do conceito<sup>120</sup> é passível de ser preenchido através do recurso a valorações objetivas. Isto é, por exemplo, se no caso concreto uma opção para o destino da criança a colocar em perigo a vida ou ameaçar a sua saúde física ou mental, não restam dúvidas de que o interesse daqueles consiste na

---

<sup>118</sup>Cf. Maria Clara Sottomayor, *Temas de direito das crianças*, p. 313.

<sup>119</sup>Vide Celso Manata, *Superior Interesse da Criança*, pp. 5 a 9.

<sup>120</sup>Que Maria Clara Sottomayor, *Quem são os «verdadeiros» pais: adopção plena de menor e aposição dos pais biológicos*, p. 197, identifica como “estabilidade das condições de vida da criança, das suas relações afetivas e do seu ambiente físico e social”, definição que Jorge Duarte Pinheiro segue em *A Adopção em Portugal*, in *Estudos de Direito da Família e das Crianças*, pp. 92 e 93.

sua retirada do agregado familiar, o juiz terá de decidir por outra opção. Ao que concerne ao este núcleo o juiz está absolutamente vinculado.

É a parte do superior interesse da criança que não corresponde ao núcleo do conceito que verdadeiramente depende do caso concreto e da valoração do juiz<sup>121</sup>. Quando falamos da necessidade de materialização e densificação do superior interesse da criança, é em relação a esta parte do conceito. Esta terá assim de passar pelas exigências naturais da criança que precisam de ser assegurados, os seus direitos e interesses<sup>122</sup>. Exigências como as necessidades físicas, afetivas, intelectuais e materiais da criança, e tendo em conta condicionantes como a sua idade, sexo, e o grau de desenvolvimento físico e psíquico, a continuidade das relações afetivas da criança, etc<sup>123</sup>.

O superior interesse da criança não está exclusivamente guiado para o bem-estar material ou financeiro, também se deve ponderar o desenvolvimento da criança de uma forma sã e equilibrada, em termos morais, educacionais, psicológicos e físicos. O que é fundamental é garantir o desenvolvimento harmonioso da criança, proporcionando-lhe as melhores oportunidades de estabilidade emocional, equilíbrio psíquico e condições para o seu futuro.

O tribunal deve portanto recolher todos os elementos relevantes para o caso e depois decidir, ponderando os elementos recolhidos. Qualquer decisão terá também outros interesses em questão, como os dos pais ou cuidadores, mas deverá ser dada prevalência ao interesse da criança. Afinal, os direitos das crianças constituem direitos análogos aos direitos, liberdades e garantias (art. 17.º CRC) e em caso de conflito, com os direitos dos pais, devem ter primazia sobre os mesmos<sup>124</sup>. Com a fundamentação das decisões judiciais, os destinatários devem pois poder compreender os critérios que conduziram o julgador à decisão, assim permitindo os recursos dessas decisões, e com eles o controlo sobre as mesmas.

Apesar da grande utilização deste princípio pelo legislador, a verdade é que não há elementos que possam ajudar na definição uniforme do superior interesse da criança. Também é verdade que uma definição rígida e uniforme não serviria para todos os

---

<sup>121</sup>Vide Antonia Durán Ayago, *El interés del menor en el conflicto de civilizaciones: elementos para su concreción en un contexto intercultural*, p. 14.

<sup>122</sup>Cf. Anabela Miranda Rodrigues, *O Superior Interesse da Criança*, p. 40.

<sup>123</sup>Pela sua pertinência vide o Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 06-12-2012, Processo n.º 56/08.8TBAGH.L1-6, Relatora: Fátima Galante, de que transcrevemos parte do resumo: 1 - O superior interesse da criança e do jovem deve ser entendido como o direito do menor ao desenvolvimento são e normal no plano físico, intelectual, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

<sup>124</sup>Cf. Maria Clara Sottomayor, *ibidem*, p. 317.



casos, pois a realidade supera sempre a imaginação do legislador, e impediria a aplicação efetiva do princípio. Assim, tem de ser sempre conferida ao juiz, no caso concreto, uma certa discricionariedade na concretização do princípio do superior interesse da criança. O que não impede que a sua decisão seja baseada e justificada em fatores que deverão ser ponderados no caso em concreto.

Antes de avançarmos mais, compete também lembrar que o juiz não terá, em princípio, conhecimentos suficientemente específicos para analisar determinados factos em causa. Daqui decorre a importância dos peritos, psicológicos, pedopsiquiatras, técnicos da segurança social e etc., que no terreno e contactando com as crianças, através dos seus relatórios, apresentam muitas vezes a base para as decisões judiciais em matéria de direito da família e menores.

Voltando ao ponto anterior, para limitar a margem de discricionariedade dos juízes, deveriam ser na lei sugeridas, por ordem de importância, situações reveladoras do interesse da criança. Alguns destes critérios<sup>125</sup>, muitos utilizados pela jurisprudência<sup>126</sup> para determinar o interesse da criança no caso concreto, poderiam ser chamadas a intervir na definição do superior interesse da criança, como acontece em tantas outras ramificações de direito.

Crítérios como os da preferência maternal<sup>127</sup> ou do cuidador principal<sup>128</sup>. Mas seja qual for o critério utilizado para auxiliar na definição casuística do melhor interesse da criança individualmente considerado, tal não poderá ser utilizado cegamente, pois poderia colocar o princípio que pretende preencher em causa e pervertê-lo. Estes critérios também não podem definir previamente qual o melhor interesse da criança de forma absoluta.

A verdade é que o superior interesse da criança só consegue cumprir a sua finalidade no caso concreto, e que a margem de discricionariedade existe, nem que seja na comparação e valoração dos diferentes possíveis critérios utilizados na prática

---

<sup>125</sup>Cf. Maria Clara Sottomayor, *Regulação do exercício das responsabilidades parentais nos casos de divórcio*, pp. 48 e ss. Estes critérios são muito utilizados na questão da regulação das responsabilidades parentais em caso de divórcio, mas por maioria de razão poderão ser utilizados, ainda que com adaptações, em todas as situações em que o princípio do superior interesse da criança seja utilizado como critério e ainda mais na adoção, onde de facto existe uma atribuição das responsabilidades parentais com o decretar da adoção.

<sup>126</sup>Cf. Anabela Miranda Rodrigues, *O Superior Interesse da Criança*, p. 40, que fala do “acervo jurisprudencial como fonte de conhecimento”, precisamente para traçar “os contornos do superior interesse da criança.”

<sup>127</sup>Como por exemplo no Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 13-05-2014, Processo n.º 5253/12.9TBVFR-A.P1, Relator: Rodrigues Pires.

<sup>128</sup>Como por exemplo no Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 04-03-2013, Processo n.º 228/11.8TBBCL.G1, Maria da Purificação Carvalho.

jurisdicional. Neste âmbito MARIA CLARA SOTTOMAYOR alertou para a necessidade do legislador prever um conjunto de fatores a serem sempre verificados pelo juiz e que poderiam assim ser contestados e revistos<sup>129</sup>.

Não podemos deixar de concordar que o meio mais seguro e eficaz de garantir o verdadeiro alcance do conceito de superior interesse da criança, que por natureza, terá sempre alguma margem de indefinição, é de facto positivar um conjunto de critérios que poderiam ser verificados nas situações concretas. Deverá assim no futuro procurar-se enunciar, na lei, um maior número de princípios ou critérios, entendidos como fundamentais para o desenvolvimento integral da criança, de forma a poder ser preenchido, com alguma ajuda da doutrina e jurisprudência, ainda que casuisticamente, o conteúdo do superior interesse da criança.

### **III.2. - A Adoção Internacional e o Princípio do Superior Interesse da Criança**

Na al. 1 do art. 1974.º do CC o legislador prescreveu que a “adoção visa realizar o superior interesse da criança”. Também nos arts. 3.º e 21.º da CDC é clara a referencia ao superior interesse da criança, enquanto princípio orientador do processo de adoção. Esta subordinação do instituto ao princípio do superior interesse da criança indica ser a adoção um instituto com um fim último claro, a proteção da criança<sup>130</sup>.

Na busca do seu fim, a adoção será decretada quando apresentar reais vantagens para o adotado, vantagens que têm de ser objetivas, vantagens de ordem patrimonial e não patrimonial, sendo que deveram prevalecer as vantagens afetivas, morais e espirituais face às económicas, desde que um mínimo de condições económicas estiver preenchido<sup>131</sup>.

A adoção internacional, enquanto modalidade de adoção, tem também o superior interesse da criança como fim e deve também apresentar reais vantagens para o adotado. Contudo, com o objetivo de cumprir a sua finalidade, o superior interesse da criança tem várias especificidades nesta modalidade de adoção, inerentes à sua natureza.

A maior especificidade da adoção internacional, e das manifestações do superior interesse da criança nesta sede, é a sua ligação umbilical com o princípio da subsidiariedade. Assim, sendo a adoção internacional no ordenamento jurídico

---

<sup>129</sup>Vide Maria Clara Sottomayor, *ibidem*, p. 50.

<sup>130</sup>Cf. Rabindranath Valentino A. Capelo de Sousa, *A adoção : constituição da relação adoptiva*, p. 114.

<sup>131</sup>Cf. Rui José Simões Bayão de Sá Gomes, *O novo regime de adoção*, p. 15.

português subordinada ao princípio da subsidiariedade, a adoção internacional só é permitida quando não seja viável a adoção em Portugal., isto é, a adoção nacional.

Os motivos para subordinar a adoção internacional ao princípio da subsidiariedade não são contrários ao princípio do superior interesse da criança, antes pretendem protegê-lo e consagra-lo, colocando sim, em segundo plano, os interesses dos adotantes, neste caso, os com residência noutros países. Os grandes motivos<sup>132</sup> para este caráter subsidiário da adoção internacional podem ser enunciados como os riscos de rutura social<sup>133</sup>, isto é, a ideia de desenraizamento da criança do seu país, podendo este causar prejuízo na identidade cultural do adotado, e também uma certa ideia de que cada estado deve ser responsável pelas suas crianças<sup>134</sup>.

Segundo JORGE MIRANDA o direito à identidade cultural é um componente do direito à identidade pessoal ou, mesmo, do direito ao desenvolvimento da personalidade (art. 26.º n.º 1 da CRC)<sup>135</sup>. A identidade cultural do menor deve ser respeitada e protegida por ocasião do processo de adoção, mas apesar disso o legislador colocou a identidade cultural da criança na margem de discricionariedade do decisor, sendo que é a este quem compete decidir da aplicação ou não da adoção internacional. A identidade cultural da criança pode até ser um pouco prejudicada, se com a adoção internacional a criança conseguir uma colocação familiar permanente, alcançado assim o seu superior interesse. É uma questão de ponderação de valores e que só o juiz do caso concreto poderá de facto resolver.

A ideia de desenraizamento<sup>136</sup> com a permissão da adoção internacional não é desprovida de sentido, visto que nesta modalidade de adoção, além de legalmente se mudar a família da criança, se muda a criança de país, espaço geográfico portanto, com todas as eventuais mudanças que tal implica, como a cultura, língua, religião, meio

---

<sup>132</sup>Vide Antonia Durán Ayago, *El interés del menor como principio inspirador de la adopción internacional*, p. 360. Esta autora sistematiza que a necessidade de controlar as adoções internacionais deve-se ao facto de existirem peculiaridades relativas à adoção como estarem as pessoas envolvidas em países diferentes, com culturas e idiomas diferentes, os problemas inerentes à competência internacional e lei aplicável, os efeitos da adoção em diferentes países, o interesse do estado de origem de manter as suas crianças e a preocupação de evitar práticas desonestas.

<sup>133</sup>A que também não será estranho, o repúdio consensual pela prática de tráfico internacional de crianças.

<sup>134</sup>Cf. *Uma reforma da justiça civil em avaliação: a adoção: os bloqueios de um processo administrativo e jurídico complexo*, coord. João Pedro e Conceição Gomes, pp. 301 a 303, nota de rodapé 163.

<sup>135</sup>Vide Jorge Miranda, *Notas sobre cultura, Constituição e direitos culturais*, pp. 17 e 18.

<sup>136</sup>Cf. Eloy Miguel Rodríguez Gayán, *La actuación de la administración ante las adopciones internacionales en el marco de convenio de La Haya de 29 de mayo de 1993*, p. 677. Se ha puesto de relieve, por ejemplo, que una adopción internacional crea un shock cultural en los niños y suele defraudar algunas de las expectativas de los adoptantes”

envolvente, no fundo todas as bases da criança, fazendo um corte profundo com o seu passado.

Contudo o princípio da subsidiariedade da adoção internacional não é algo de novo, sendo que o instituto da adoção em geral é sempre, por natureza, uma opção subsidiária. Num mundo ideal não haveria adoção, todas as crianças estariam com os seus pais biológicos, sem necessidade de este estabelecessem vínculos de filiação legais em sua substituição. Num mundo ideal a família biológica<sup>137</sup> seria a primeira e única resposta.

Mas quando a família biológica não chega, não é apenas a adoção que pode garantir o superior interesse da criança. Existem outras formas de cuidar das crianças. E entre a adoção nacional e a adoção internacional, a nacional é preferida, pois acarreta menos riscos para a criança, sendo portanto a adoção internacional subsidiária desta. Aliás, considerar a adoção internacional como subsidiária da nacional é também promover a adoção nacional, preservando a criança de um possível desenraizamento e outros riscos inerentes.

Se compararmos as outras opções para garantir o superior interesse da criança com a adoção internacional, em princípio, só nesta a criança vai ter o corte com a sua identidade cultural, produzindo-se o chamado choque cultural. Contudo esta ideia não pode, e não deve, ser usada como argumento para negar o superior interesse de criança à uma família, que a proteja e acolha, ainda que seja em outro país.

O princípio da subsidiariedade da adoção internacional não pode assim ser interpretado de forma estritamente formal. É necessário que esteja em conformidade com o princípio do interesse superior da criança<sup>138</sup>. No caso concreto podem existir circunstâncias excepcionais que exijam que a adoção internacional seja medida primária, face a outras opções, com base no superior interesse da criança.

Por outro lado, interpretando o art. 20.º n.º 3 da já referida CDC, é clara a preferência que deve ser dada a soluções familiares para a criança com carácter permanente, secundarizando-se outras opções como o acolhimento familiar e a institucionalização<sup>139</sup>. Assim, a adoção internacional também não pode ser considerada

---

<sup>137</sup>Não podemos deixar de recomendar a consulta de Jorge Duarte Pinheiro, *Critério Biológico e critério social ou afectivo na determinação da filiação e da titularidade da guarda dos menores*, in Estudos de Direito da Família e das Crianças, p 211 a 216.

<sup>138</sup>Cf. *Uma reforma da justiça civil em avaliação : a adopção : os bloqueios de um processo administrativo e jurídico complexo*, coord. João Pedro e Conceição Gomes, pp. 301 e 302.

<sup>139</sup>Cf. Helena Isabel Dias Bolieiro, *O Direito da Criança a uma Família: Algumas Reflexões*, pp. 101 a 102.

uma solução de último rácio, se bem que o referido art. da CDC termina relembrando a importância de ao considerar as possíveis soluções para a criança, atender à origem étnica, religiosa, cultural e linguística da mesma.

Relembrando a consagração do princípio da subsidiariedade no RJPA, art. 62.  al. a), a adoção internacional s  é permitida à luz do ordenamento jurídico português quando não seja possível uma colocação familiar permanente para a criança no seu país de residência habitual<sup>140</sup>, indo assim no sentido da CDC. Do princípio da subsidiariedade da adoção internacional podemos portanto perceber claramente a preferência que o decisor deve ter no que respeita às opções para a colocação da criança.

Quando já não   possível a colocação com a família biológica, a adoção nacional é a opção preferível, pois permite uma colocação familiar permanente para a criança no seu país de residência habitual. Em seguida, na escala de preferência, a adoção internacional, que permite uma colocação familiar permanente para a criança, mas em outro país. E só depois as outras opções, que ou permitem colocações familiares não permanentes ou colocações permanentes, mas não familiares, como a institucionalização<sup>141</sup>.

O princípio da subsidiariedade da adoção internacional não é uma forma de discriminação entre o adotante nacional e o estrangeiro, alias o critério não é o da nacionalidade, como está definido no art. 2.  al. b) do RJPA, esclarecendo que adoção nacional é aquela em que tanto o adotante como o adotado têm residência habitual em Portugal. Contudo, o próprio princípio da subsidiariedade tem limites, no caso da adoção de crianças residentes em Portugal por candidatos residentes no estrangeiro (art. 82.  n.  3 do RJPA).

Este art. estabelece que o princípio da subsidiariedade não   aplicável em determinadas situações<sup>142</sup>. Ponto prévio, pela sua inserção no RJPA, será de aplicar também no caso da adoção por residentes em Portugal de crianças residentes no estrangeiro? Pensamos que não. O princípio da subsidiariedade   aplicável em toda a adoção internacional, mas será pelo país de origem que deverá proteger a criança que a  tem residência habitual, que deverá decidir da adoção internacional, logo não é esta uma

---

<sup>140</sup>Sublinhado nosso.

<sup>141</sup>Nesta sede não podemos deixar de alertar que a ideia que a adoção   melhor que a institucionalização ou outro regime alternativo não deixa de ser um dogma, e um dogma ocidental. Vide Jorge Duarte Pinheiro, *Critério Biológico e critério social ou afectivo na determinação da filiação e da titularidade da guarda dos menores*, in Estudos de Direito da Família e das Crianças, pp. 217 a 220.

<sup>142</sup>Estas exceções   aplicação do princípio da subsidiariedade da adoção internacional já estavam presentes no art. 15.  n.  3 do DL n.é 185/93, de 22 de maio, tendo sido introduzidas pelo art.  nico da Lei n.é 28/2007, de 02 de agosto.

decisão na disponibilidade do legislador nacional, além de que Portugal é um país que ratificou a CH 1993, e com ela o princípio da subsidiariedade inerente. Os responsáveis pela adoção terão de ser estrangeiros, do país de acolhimento<sup>143</sup>.

Além disso, quando explanando o processo é clara a referência à necessidade de observância deste princípio na adoção por residentes em Portugal de crianças residentes no estrangeiro (art. 78.º n. 3, na sua parte final), sendo que a Autoridade Centeal apenas tem de averiguar da observância do princípio da subsidiariedade. Esta exceção do princípio da subsidiariedade é portanto estreitamente localizada, contendo três situações de aplicação.

A primeira situação indicada levanta muitas questões, sendo o facto de a criança ter a mesma nacionalidade do candidato a adotante. Percebe-se o escopo da norma, ao garantir que a criança é adotada por alguém que terá a mesma nacionalidade da criança, tentando proteger a identidade cultural da criança, para que fique com alguém que tenha em princípio a mesma língua e a mesma identidade cultural. Não nos parece que seja uma norma sem boa intenção.

Contudo, não é difícil meditar num exemplo que mostre possíveis dificuldades, visto que pode resultar numa criança portuguesa sendo levada para uma país do outro lado do mundo, onde em princípio não conhecerá mais ninguém, não falará a língua, onde poderá ter a sua identidade cultural afetada, apesar do seu adotante ser português, falar português, e ter uma identidade cultural coincidente com a da criança.

A situação factual de ser a criança filha do cônjuge do adotante parece a mais consensual, apesar de ser de aplicar em situações pouco frequentes. Ainda assim, na formulação aplicável pelo legislador com “sempre”, pode levar a desconsiderar o princípio da subsidiariedade em casos em que apesar de a criança ser filho do cônjuge do adotado, não exista uma relação psicológica profunda, que justifique que seja mais benéfico para a criança a saída do seus país de origem para se reunir com este adotante.

A terceira situação onde o princípio da subsidiariedade não é aplicável será em qualquer caso que o superior interesse da criança aconselhar a adoção no estrangeiro<sup>144</sup>.

---

<sup>143</sup>Cf. Eloy Miguel Rodríguez Gayán, *La actuación de la administración ante las adopciones internacionales en el marco de convenio de La Haya de 29 de mayo de 1993*, p. 677, nota de rodapé 44.

<sup>144</sup>Cf. Nathalie Meyer-Fabre, *La Convention de La Haye du 29 mai 1993 sur la protection des enfants et la coopération en matière d'adoption internationale*, p. 267. “Les rédacteurs de la convention ont heureusement choisi de ne pas poser de critère rigide à ce sujet mais, tout au contraire, de combiner le contrôle du principe de subsidiarité avec la prise en considération de « l'intérêt supérieur de l'enfant ». Ceci devrait permettre d'autoriser une adoption à l'étranger même lorsqu'un placement local est impossible, si l'intérêt de l'enfant l'exige, par exemple, dans le cas d'adoption entre membres de la même

E portanto o superior interesse da criança, no caso concreto, pode sempre afastar a subsidiariedade da adoção internacional. O art. 82.º n.º 1.º do RJPA também utiliza o superior interesse da criança, só que para fundamentar o sentido contrário, da aplicação da subsidiariedade, para impedir a adoção internacional, ainda que os pressupostos consagrados pelo legislador para começar a considerar a hipótese da adoção internacional já estejam preenchidos.

Neste seguimento, outro dos elementos muito relevante do superior interesse da criança na adoção internacional é o princípio do primado da continuidade das relações psicológicas profundas. Este tem uma história muito mais recente<sup>145</sup>, sendo muito derivado da proposta de 2009 do Instituto de Apoio à Criança<sup>146</sup>, tendo em vista a consagração de medidas legislativas para clarificação do conceito do superior interesse da criança. Desta forma foi requerida, em concreto, a introdução de mais um princípio orientador das intervenções em matéria de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens: o princípio da continuidade das relações psicológicas profundas.

Este princípio que foi entretanto positivado, consubstanciando o reconhecimento de que a criança tem direito à preservação das relações afetivas estruturantes de grande significado e de referência<sup>147</sup>, mostrando-se estas indispensáveis para o seu saudável e harmonioso desenvolvimento. A preservação das suas ligações psicológicas profundas<sup>148</sup> é um elemento de muita importância e também deve ser tomado em conta.

A história da consagração deste princípio passa também pela LPCJP, que no seu art. 4.º consagrava, além do superior interesse da criança, o princípio orientador da prevalência da família<sup>149</sup>, na sua al. g), segundo o qual “na promoção de direitos e na

---

famille ou dans le cas d'un enfant handicapé qui pourrait être pris en charge dans de meilleures conditions à l'étranger.”

<sup>145</sup> Apesar da sua consagração legal recente, a preservação das ligações psicológicas profundas da criança tem sido nos últimos tempos reconhecida como muito revelante pela sociedade em geral, inclusive pelo legislador, nem que seja pelo aditamento pela Lei n.º 84/95, de 31 de agosto, do art.º 1887.º-A ao CC.

<sup>146</sup> Cf. *O Superior Interesse da Criança nas perspectiva do respeito pelos seus Direitos*, disponível em <http://www.iacrianca.pt/index.php/publicacoes-iac/item/632-o-superior-interesse-da-crianca-nas-perspectiva-do-respeito-pelos-seus-direitos>. Consultado a 13-01-2017.

<sup>147</sup> A necessidade de preservar as relações afetivas do menor já estava, ainda que de forma encapotada, no art. 1887.º-A do CC.

<sup>148</sup> Cf. Maria Clara Sottomayor, *Temas de direito das crianças*, p. 314.

<sup>149</sup> Sobre esta matéria cf. o Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 02-07-2013, Processo n.º 2325/08.8TBCSC.LI-1, Relatora: Teresa de Sousa Henriques, de que transcrevemos parte do resumo: “1. É incontestável que a lei protege e tutela a família natural, cfr artigos 67º, 68º e 36º da Constituição da República Portuguesa (CRP), reconhecendo aos pais «o direito e o dever de educação e manutenção dos filhos», bem como que a criança não deve ser separada de seus pais contra a vontade destes, salvo se tal separação se mostrar necessária ao interesse superior da criança, cfr. decorre do nº 6 do art.º 36º da C R P. e disposto e do art.9º, nº 1 da Convenção dos Direitos da Criança (CDC). 5. O conceito de interesse do menor tem de ser entendido em termos absolutamente amplos de forma a abarcar tudo o que envolva os legítimos anseios, realização e necessidades daquele nos mais variados aspectos: físico, intelectual, moral,

proteção da criança e do jovem deve ser dada prevalência às medidas que os integrem na sua família ou que promovam a sua adoção.” Quando os vínculos afetivos eram inexistentes ou se encontravam seriamente comprometidos, o princípio da prevalência da família apontava portanto para a promoção da adoção<sup>150</sup>.

Mas a LPCJP foi alterada, pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, passando a constar no seu art. 4.º al. a) a necessidade de atender à continuidade de relações de afeto de qualidade e significativas, na persecução do superior interesse da criança, e foi alterada também a al. g), passando a constar desta o princípio do primado da continuidade das relações psicológicas profundas, sendo que a intervenção do Estado deve respeitar o direito da criança de preservação das suas relações afetivas estruturantes. E ainda para a al. h) foi movido o princípio da prevalência da família, com algumas alterações. É importante perceber esta alteração do foco da proteção da família, nomeadamente biológica, para a proteção da família, e das relações afetivas estruturantes. E não há melhor forma de perceber esta alteração do que como a ajuda da jurisprudência.

O Ac. do Tribunal da Relação de Évora, de 19-05-2016, processo n.º 1491/15.0T8PTM.E1, Relator: Assunção Raimundo, esclarece este assunto no seu resumo, o qual transcrevemos: “I - A Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro veio dar uma ênfase marcante ao princípio do “superior interesse da criança”, nomeadamente na alteração que introduziu no seu art. 4º (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alterada pela Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto). Alterou-se o texto de dois princípios do artigo 4º [alíneas a) e h)] e aditou-se um 11º princípio [o g], alterando-se, assim, a ordem dos mesmos [vão agora da alínea a) à k)]. II – Na promoção dos direitos e na proteção da criança e do jovem deve ser dada prevalência às medidas que os integrem em família, quer na sua família biológica, quer promovendo a sua adoção ou outra forma de integração familiar estável. III - Ou seja, na atual alínea h) já não se fala «na sua família», mas apenas em «família», seja ela qual for (dando-se aqui o primado da

---

religioso e social. Como é consabido é na infância e na adolescência que a personalidade da criança se constrói e se desenvolve, sendo fundamental que o seu crescimento decorra num ambiente saudável e equilibrado para que, quando adulto, seja um ser equilibrado, feliz e integrado nos valores sociais vigentes. 8. Porém, se a família biológica apresenta disfuncionalidades de tal forma graves que comprometem o estabelecimento de uma relação afectiva gratificante e securizante para a criança é imperativo constitucional que se salguarde o interesse da criança, particularmente através da adopção. Assim, impõe-se que primeiramente se pondere a qualidade e a continuidade dos vínculos afectivos próprios da filiação, mas tendo presente que o interesse da criança não se pode confundir com o interesse dos pais ou de terceiros (família alargada).”

<sup>150</sup>Cf. Helena Isabel Dias Bolieiro, *O Direito da Criança a uma Família: Algumas Reflexões*, p. 104.



família em detrimento do acolhimento residencial). O princípio da prevalência da família terá que ser entendido não no sentido da afirmação da prevalência da família biológica a todo o custo, mas sim como o assinalar do direito sagrado da criança à família, seja ela a natural (se possível), seja a adotiva, reconhecendo que é na família que a criança tem as ideais condições de crescimento e desenvolvimento e é aquela o centro primordial de desenvolvimento dos afetos.”

Nesta sede é importante perceber que o princípio da prevalência da família, ou melhor, da prevalência das soluções familiares, sobre as institucionais, e o do primado das relações psicológicas profundas são duas faces da mesma conceção, o interesse da família. Enquanto a família biológica não prejudica o superior interesse da criança, esta deve ser apoiada, mesmo que tenha algumas disfuncionalidades. Assim que esta prejudica o núcleo do superior interesse da criança, este deve ser salvaguardado, com uma intervenção, onde devem prevalecer as soluções familiares, e que em especial pode passar pela adoção, visto que nesta a criança consegue uma colocação familiar permanente. O primado das relações psicológicas profundas dita que mesmo depois de uma intervenção para salvaguardar o superior interesse da criança, a posteriori portanto, como por exemplo a adoção, poder-se-ão em alguns casos manter algumas relações entre a criança e a sua família biológica.

Na adoção, que se consubstancia numa intervenção para salvaguarda o superior interesse da criança, não faria sentido a consagração do princípio da prevalência da família. No art. 3.º al. f) do RJPA foi portanto consagrado o princípio do primado da continuidade das relações psicológicas profundas, com as mesmas exatas palavras utilizadas na LPCJP, aplicando-se à adoção internacional pelo corpo do art. 62.º do RJPA.

E neste sentido, a Lei n.º 143/2015, de 8 de setembro, consagrou no n.º 3 do art. 1986.º, a permissão excecional para que mesmo depois de decretada a adoção, se continuam a manter relações entre o adotado e a família biológica, ou até entre o adotado e a família adotiva e algum elemento da família biológica, favorecendo-se especialmente o relacionamento entre irmãos, se tal corresponder ao superior interesse da criança<sup>151</sup>. Este é sem dúvida o maior afloramento deste princípio em sede do instituto jurídico da adoção.

---

<sup>151</sup>Cf. Marta Falcão, Miguel Dinis Pestana Serra e Sérgio Tenreiro Tomás, *Direito da família : da teoria à prática*, p. 27 e Maria Margarida Silva Pereira, *Direito da Família*, p. 480.

Ainda segundo o art. 56.º n.º 5 do RJPA, é a sentença que decreta a adoção que pode estabelecer a manutenção de contactos pessoais entre o adotado e elementos da família biológica, verificadas as condições e os limites previstos no n.º 3 do art. 1986.º do CC. Pode-se observar neste ponto, além de que é sempre o superior interesse da criança, conceito indeterminado mas não estático, que serve de baliza e origem para os outros princípios do direito da família e menores, que a utilização de conceitos jurídicos indeterminados é necessária nestes ramos de direito onde se podem apresentar múltiplas soluções para cada caso concreto.

O princípio do primado das ligações psicológicas profundas dá especial enfoque na questão das ligações com os irmãos, e tal não se apresenta em tais moldes por acaso, a verdade é que são os irmãos<sup>152</sup>, que podem também ser menores e que não poderão ser culpados pela inadequação da família, aqueles que mais seriam prejudicados, sem culpa, nas suas ligações com a criança<sup>153</sup>. Pela formulação da lei, contudo, podem ser os ascendentes<sup>154</sup> ou até os pais biológicos os contemplados pela exceção do art. 1986.º n.º 3 do CC.

Ainda nesta sede não se pode deixar de notar que na modalidade de adoção restrita, já revogada, as relações com a família biológica eram permitidas, pelo que se pode equacionar se apesar da modalidade da adoção plena ter sido reconduzido à única modalidade permitida, adotando o nome de adoção, uma adoção verdadeiramente una, alguns resquícios podem ter ficado da modalidade de adoção restrita na agora adoção, se bem que grande parte dos seus objetivos são hoje alcançados por outros institutos jurídicos, em especial pelo apadrinhamento civil.

Como indicado, este princípio também se aplica na adoção internacional, contudo tendo em conta a natureza transnacional desta modalidade de adoção, só em casos muito específicos se conseguirá formular uma hipótese em que a adoção internacional seja decretada e a manutenção do relacionamento com membros da família biológica seja também possível de ser consagrada na decisão judicial da adoção.

---

<sup>152</sup>Cf. Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 12-10-2014, Processo n.º 2265/04, Relator: Isáfas Pádua, “II – É hoje inquestionável, a nível das diversas ciências que estudam o desenvolvimento das crianças, que os irmãos devem crescer juntos, sendo isso importante para o seu desenvolvimento harmonioso, formação das suas personalidades e para o seu equilíbrio afectivo-psicológico.”

<sup>153</sup>Também na secção das responsabilidades parentais do CC, aditado pela Lei n.º 84/95, de 31 de agosto, foi acrescentado o art. 1887.º-A, sobre a proibição de pais injustificadamente privarem os filhos do convívio com os irmãos e ascendentes, tendo esta questão grande indeterminação na doutrina e jurisprudência. Cf. Maria Clara Sottomayor, *Regulação do exercício das responsabilidades parentais nos casos de divórcio*, pp. 203 e ss.

<sup>154</sup>Apesar de algo datado, cf. Jorge Duarte Pinheiro, *A relação entre avós e netos*, in Estudos de Direito da Família e das Crianças, pp. 272 a 282.

Por exemplo, no caso de a família biológica estar em Portugal e o adotado e o adotando em Espanha, com parca distância física entre ambos, para permitir encontros. A lei alude à “contacto pessoal”, pelo que em princípio este terá de ser presencial, embora não nos parece impossível que se possa equacionar outras alternativas, com as novas tecnológicas adquirindo uma importância crescente. Este acaba também por ser um motivo para a subsidiariedade da adoção internacional.

O facto é que será sempre preferível para manter relações entre irmãos, a adoção dos mesmos, em conjunto, mas também é um facto que podem haver vários fatores que podem impedi-lo e terá pois de ser o juiz à analisar o caso, e perceber portanto a relevância para o superior interesse da criança, da manutenção dos relacionamentos biológicos no caso da adoção<sup>155</sup>, e excecionalmente, depois de considerar a adoção o melhor caminho, consagrar a hipótese do art. 1986.º n.º 3 do CC, desde que tenha o consentimento do adotante. O que fará mais uma vez depender a caracterização do superior interesse da criança da discricionariedade do juiz.

O consentimento do adotante, tendo por base a norma jurídica, parece sobrepor-se ao superior interesse da criança. Não podemos assim deixar de seguir MARIA MARGARIDA SILVA PEREIRA na consideração de que a norma deverá ser entendida como sendo o superior interesse da criança mais importante que o consentimento do adotante<sup>156</sup>, devendo ser pois o superior interesse da criança o critério último, eventualmente até dispensando o consentimento do adotante<sup>157</sup>, para decidir aplicar a norma excecional do n.º 3 do art. 1986.º do CC.

As grandes dificuldades práticas de aplicar esta solução de compromisso no caso da adoção internacional poderão sem dúvida ser um motivo para se preferir outras soluções. Contudo a excecionalidade desta solução só muito raramente interferirá com a adoção internacional, sendo que nesse caso, se encararmos o consentimento como prevalecente sobre o superior interesse da criança, poderá o adotante simplesmente impedir esta eventual dificuldade negando o seu consentimento.

---

<sup>155</sup>Também não podemos deixar de seguir Maria Margarida Silva Pereira, *Direito da Família*, p. 482, nota de rodapé 485, quanto à classificação da natureza desta relação jurídica familiar reconhecida enquanto *sui generis*. O facto é que a sentença que decreta a adoção poderá pois também criar relações familiares *sui generis*, além enunciadas no art. 1986.º n.º 1 do CC.

<sup>156</sup>Cf. Maria Margarida Silva Pereira, *Direito da Família*, pp. 481 e 482.

<sup>157</sup>O adotante deveria sempre consentir quando o juiz decidisse aplicar esta exceção, até por simples lógica, visto que se excecionalmente o juiz decide a partir do superior interesse da criança, critério último de interpretação nesta matéria, e ponderando as vantagens e desvantagens para o adotado, a necessidade de aplicação desta solução, o adotante, que deve ter sempre o melhor interesse do adotado como objetivo, não se deveria opor. O consentimento deveria portanto ter uma natureza meramente formal. Eventualmente seria esse o objetivo do legislador.

Em sede de adoção, e não parecendo apresentar especificidades na adoção internacional, está também presente o princípio da audição obrigatória (art. 3.º al. c) do RJPA). Este refere-se obviamente à audição da criança, e em conformidade com a sua idade, maturidade e capacidade de compreensão, em ligação com o princípio da participação, por parte das crianças em vias de adoção especificamente, nas decisões relativas à concretização do projeto adotivo (art. 3.º al. d) do RJPA).

Este aplica-se na adoção internacional por remissão dos arts. 80.º e 88.º para os arts. 52.º e ss, onde se inclui o art. 54.º do RJPA, que trata de audição obrigatória das partes interessadas na adoção. O princípio da audição obrigatória é talvez o elemento mais importante do superior interesse da criança, tendo também grande aceitação na lei, doutrina e jurisprudência<sup>158</sup>.

O evoluir dos direitos das crianças vem neste sentido, encarando a criança como um indivíduo de pleno direito, capaz de participar na construção da sua própria vida. Este princípio vem garantindo os direitos da criança e a sua opinião sobre o próprio futuro, em todas as situações em que este esteja em jogo. E como enunciado no princípio no RJPA, deverá ser a criança pessoalmente ouvida, não o seu representante portanto. Apesar da audição de uma criança dever fazer parte de um processo de avaliação sistémica, que inclua outros elementos, não podemos negar o lugar de destaque deste princípio, visto que a opinião de criança deve ter um peso preponderante na decisão do juiz.

Como igualmente já indicado, os outros dois princípios orientadores, e exclusivos, da adoção internacional, o da cooperação internacional<sup>159</sup> e o da colaboração interinstitucional, são referentes à necessidade de promover a colaboração entre as entidades nacionais e transnacionais para um processo de adoção bem-sucedido. O princípio da obrigatoriedade de informação, bem como da cooperação e da participação, na vertente da dos candidatos à adoção, aplicáveis a qualquer adoção, não visam assegurar o superior interesse da criança, mas sim o bom funcionamento do processo da adoção, e poderemos apelidá-los de princípios meramente formais<sup>160</sup>.

---

<sup>158</sup>Vide a título de exemplo o Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 17-11-2011, Processo n.º 3473/05.1TBSXL-D.L1-8, Relatora: Carla Mendes ou o Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 22-11-2016, Processo n.º 292/12.2TMMTS-A.P1, Relatora: José Igreja Matos.

<sup>159</sup>Também consagrado nos arts. 1.º al. b) e 8.º da CH 1993.

<sup>160</sup>E a estes podiam também outros ser acrescentados, como o princípio da proibição da adoção privada ou o princípio da proibição dos lucros indevidos, sem que a natureza do instituto se alterasse. Todos estes tratam da mera estrutura do instituto, que o superior interesse da criança e os princípios que dele derivam preenchem.

Por outro lado, o princípio da subsidiariedade, o do primado das relações psicológicas profundas e o da audição obrigatória, bem como o princípio da participação da criança, visam definir no caso concreto o superior interesse da criança. Poderemos então denominar a estes princípios materiais, e como tal pode ser afastada a sua aplicação pelo interesse que visam alcançar. O mesmo princípio, o superior interesse da criança, trave-mestra do direito dos menores, pode servir para fundamentar a aplicação destes princípios, bem como para fundamentar a sua não aplicação.

Pelos riscos que acarreta, a adoção internacional exige do legislador uma maior concretização do que este considera o superior interesse da criança, sem bem que nunca o legislador arrisque uma definição unitária, que aliás estaria condenada à partida. Nesta sede não são poucas as coordenadas concedidas pelo legislador para no caso concreto averiguar do melhor para a criança, densificando o conceito através de critérios, ainda que exemplificativos. Ainda que ao decisor seja conferida a possibilidade de afastar estes critérios ou princípios, com base no superior interesse da criança, e decidir no sentido contrário, os critérios estão lá e devem ser utilizados. As circunstâncias associadas a cada criança e à sua real envolvência impedem soluções unitárias, sendo sempre cada caso, um caso<sup>161</sup>.

Mas todo o decisor terá sempre de verificar qual a melhor solução para a criança, hierarquizando portanto as soluções possíveis para o caso concreto (exemplo: família biológica, adoção, adoção internacional; institucionalização, etc.). E a adoção internacional traz bem clara está ideia no princípio da subsidiariedade, e nos seus afloramentos, dando-nos pistas valiosas sobre o que o legislador considera as melhores opções para o desenvolvimento das crianças.

E terá sempre de ter em conta também as ligações psicológicas profundas que a criança já traz, e pesando as circunstâncias, averiguar se vale a pena quebrar com o passado, para garantir o futuro da criança, e até eventualmente perceber se os dois podem coexistir, para o bem maior que é o interesse da criança. Este é um ponto especialmente importante a meditar em sede da adoção, e da adoção internacional ainda

---

<sup>161</sup>Neste sentido, se o superior interesse da criança o justificar, até o estado de adotabilidade pode ser afastado. Cf. o muito relevante Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 11-10-2016, Processo n.º 1348/15.5T8GDM.P1, Relatora: Maria Cecília Agante, de que transcrevemos parte do resumo: “III - Porém, atentas as dificuldades de adoção na faixa etária em que se encontra a menor – 11 anos de idade - se decorrido um ano não surgir candidato à adoção deve proceder-se à reavaliação do retorno à família biológica, acautelando o risco da quebra afetiva com a mesma. IV - Correspondendo ao superior interesse da menor a sua integração numa família, biológica ou adotiva, que lhe proporcione as bases necessárias à formação de uma personalidade sã e compensada, esgotada a possibilidade de adoção, deve privilegiar-se a ligação emocional à família biológica.”

mais, pois a hipótese de manter as ligações psicológicas profundas é muito difícil nesta modalidade de adoção. Eventualmente foi o intuito de proteger este princípio que levou o legislador a consagrar a hipótese do art. 82.º n.º 3, mais especificamente a segunda hipótese referida.

E a audição da criança, como negar a sua importância? Especialmente nas decisões mais difíceis, que por exemplo impliquem uma mudança de país. Ninguém saberá melhor que a criança qual é o seu interesse. Mas ainda assim não pode ser este o único elemento de uma decisão, é importante uma decisão que tenha em conta a totalidade da situação da criança.

Todos estes princípios, e as ideias que por detrás deles os justificam, não são exclusivos da adoção internacional. Princípios semelhantes, com afloramentos diferentes, existem nos vários institutos jurídicos do nosso ordenamento jurídico que tratam das crianças e seus direitos. De outra forma não poderia ser. Mas a adoção internacional, talvez também pela grande abertura ao direito internacional que lhe é inerente, talvez pelo contacto necessário com outros ordenamentos jurídicos, recebeu do legislador grande agudeza de ideias.

Sendo um conceito evolutivo, o superior interesse da criança não poderá nunca ficar firmado em pedra. Mas tal não significa arbitrariedade. É apenas um conceito que exige mais meditação, que exige o melhor de nós. Para proteger o que de mais precioso existe entre nós. As nossas crianças.

## **Conclusões**

Findo este estudo, nos compete retirar algumas conclusões sobre as questões e assuntos aqui trabalhados.

A adoção é um instituto milenar, sendo uma prática irregular ao longo da história da humanidade, com diferentes objetivos e práticas, tendo o principal intuito da adoção se consolidado na proteção da criança, passando a atender em primeiro lugar aos interesses do adotado.

A história da aceitação da adoção em Portugal é muito recente, devendo-se este prolongado repúdio em grande medida ao cunho iminentemente patrimonial que era dado ao instituto. A regulamentação da adoção em Portugal é muito devedora da CH 1993, tendo na recente Lei n.º 143/2015, de 8 de setembro, um instrumento unificador, tendo esta revogado a modalidade de adoção restritiva e aprovado, em anexo à presente lei, o RJPA.

A adoção internacional tem um regime jurídico específico, sendo necessário nesta a mudança do país de residência habitual da criança. Os elementos que levam a classificar a adoção como ato complexo não parecem apresentar especificidades muito relevantes na questão da adoção internacional, pelo que podemos considerar que esta tem a mesma natureza jurídica do instituto geral.

Nada impede os acordos judiciais bilaterais entre e com países não contratantes da CH 1993, para regular o processo de adoções internacionais entre e com estes países. Portugal pode celebrar acordos jurídicos bilaterais com efeitos entrepartes, acordando a realização de adoções fora do contexto da CH 1993.

A adoção internacional partilha com a adoção nacional grande parte dos seus efeitos. Contudo, pela natureza das situações internacionais, existem alguns efeitos que poderão ser gerados e que não encontram paralelo na adoção nacional, nomeadamente os relacionados com a nacionalidade do adotado. Sendo a aquisição de nacionalidade matéria de direito público, caberá a cada estado a regulamentação desta matéria.

O interesse superior da criança é um conceito com alguma história, tendo na CDC superado o conceito tradicional de proteção, para um verdadeiro conceito de direitos individuais, em que a criança é considerada como sujeito de direitos, e não objeto dos mesmos. Este princípio é o princípio-guia do exercício das responsabilidades privadas em relação às crianças, bem como das públicas, devendo ser considerado tanto nas decisões e ações estaduais como judiciais. O interesse superior da criança é um

conceito jurídico indeterminado, variando com os costumes de cada sociedade, tendo natureza evolutiva e dinâmica, e dependendo de valoração casuística.

A adoção internacional no ordenamento jurídico português é subordinada ao princípio da subsidiariedade, só sendo permitida quando não seja viável uma colocação familiar permanente para a criança no seu país de origem. Este princípio se deve aos grandes riscos que esta modalidade de adoção acarreta, sendo o maior de todos os possíveis problemas implícitos com a deslocação da criança para outro país. Onde não é de pouca importância os possíveis danos na identidade cultural da criança. Contudo, este princípio não pode ser interpretado de forma estritamente formal. É sempre necessário que esteja em conformidade com o princípio do interesse superior da criança. O próprio legislador consagrou limites e exceções à aplicação do princípio da subsidiariedade.

Outro princípio material no instituto da adoção internacional é o primado das relações psicológicas profundas. A sentença que decreta a adoção pode estabelecer a manutenção de contactos pessoais entre o adotado e elementos da família biológica. Em sede de adoção internacional esta possibilidade é quase nula, pela implícita deslocação física da criança para outro país.

O princípio da subsidiariedade, o do primado das relações psicológicas profundas e o da audição obrigatória, bem como o princípio da participação da criança, visam definir, em sede de adoção internacional, e no caso concreto o superior interesse da criança, e como tal pode ser afastada a aplicação destes princípios pelo interesse que visam alcançar.

Neste instituto jurídico estão claramente explanados um conjunto de princípios ou elementos que o legislador considera que o decisor deve averiguar para chegar a uma decisão, tendo como objetivo o superior interesse da criança. Todos estes elementos devem ser tidos em conta, podendo ser relevantes em qualquer decisão que se debata sobre o superior interesse da criança no caso concreto.

A adoção internacional é campo privilegiado para a aplicação destes princípios, pelas especialidades e circunstâncias inerentes a este instituto jurídico. Este apresenta-se como peça fundamental na perceção da atual situação, bem como dos possíveis caminhos, do superior interesse da criança, fazendo da adoção internacional um ponto do direito dos menores de grande importância

Ainda muito há a meditar sobre estes assuntos.



## Bibliografia

### Monografias

AMARO, Fausto, *Aspectos sociológicos da adopção em Portugal: um estudo exploratório* - Lisboa : Centro de Estudos Judiciários, 1992. - (Cadernos do CEJ ; 1/92)

ALEXANDRINO, José de Melo, *Direitos fundamentais : introdução geral* - 2ª ed. revista e atualizada - Estoril : Principia, 2011.

AMARAL, Jorge Augusto Pais de, *Direito da família e das sucessões* - Coimbra : Almedina, 2014.

AYAGO, Antonia Durán, *El interés del menor en el conflicto de civilizaciones: elementos para su concreción en un contexto intercultural*, in *El derecho de familia ante el siglo XXI: aspectos internacionales*, coord. Alfonso Luis Calvo Caravaca, Esperanza Castellanos Ruiz, Madrid: Colex, 2004, pp. 295-318

BOLIEIRO, Helena Isabel Dias, *O Direito da Criança a uma Família: Algumas Reflexões*, in *Estudos em homenagem a Rui Epifânio* - coords. Armando Leandro, Álvaro Laborinho Lúcio, Paulo Guerra - Coimbra : Almedina, 2010, pp. 99 a 109.

BOLIEIRO, Helena Isabel Dias, e Guerra, Paulo, *A criança e a família : uma questão de direitos : visão prática dos principais institutos do direito da família e das crianças jovens* - 2ª ed.. - Coimbra : Coimbra Editora, 2014.

CAMPOS, Diogo Leite de, e Campos, Mónica Martinez de, *Lições de direito da família* - 3ª edição revista e actualizada. - Coimbra: Almedina, 2016.

COELHO, Francisco Manuel Pereira, *Direito de família : sumários das lições ao curso de 1966-1967* - Coimbra : Associação Académica, 1967.

COELHO, Francisco Manuel Pereira e Oliveira, Guilherme de, *Curso de direito da família*; colab. Rui Moura Ramos. - Coimbra : Coimbra Editora - vols. - vol. 2.1: *Direito da filiação : estabelecimento da filiação : adopção*. - 2006.

CORTE-REAL, Carlos Pamplona e Pereira, José Silva, *Direito da família: tópicos para uma reflexão crítica* – Lisboa: AAFDL, 2008.

EPIFÂNIO, Rui, *Direito de Menores* - Coimbra : Almedina, 2001.

FALCÃO, Marta e Serra, Miguel Dinis Pestana e Tomás, Sérgio Tenreiro, *Direito da família : da teoria à prática* - 2ª edição revista e actualizada. - Coimbra : Almedina, 2016.

GOMES, Rui José Simões Bayão de Sá, *O novo regime de adopção* - Lisboa, 1993 - Relatório de mestrado em direito civil.

GOMES CANOTILHO, J.J. e Moreira, Vital, *Constituição da República portuguesa : anotada* - 4ª ed. rev. - Coimbra : Coimbra Editora, vol. 1 - 2007.

JUSTO, António dos Santos, *Introdução ao estudo do direito* - 7ª ed. - Coimbra : Coimbra Editora, 2015.

LABORINHO, Lúcio, *As Crianças e os Direitos - O Superior Interesse da Criança* –, in Estudos em homenagem a Rui Epifânio, coords. Armando Leandro, Álvaro Laborinho Lúcio, Paulo Guerra - Coimbra : Almedina, 2010, pp. 177 a 197.

LAUNAY, Clément, e Soulé, Michel e Veil, Simone, *L'adoption : donnés médicales psychologiques et sociaux* - 3ème ed. revue et mise à jour. - Paris : Les éditions Socialistes Françaises, 1968.

LIBERATI, Wilson Donizeti, *Manual de adoção internacional* - São Paulo : Malheiros Editores, 2009.

LIMA, Fernandes Pires de, e Varela, Antunes, *Código civil anotado* - Coimbra : Coimbra Editora, vol. 5: 1995.

MENDES, João de Castro, *Direito de família* - ed. rev. Miguel Teixeira de Sousa. - Lisboa - Lisboa : AAFDL, 1991, reimp. 1993.

MIRANDA, Jorge, *Manual de direito constitucional* - Coimbra : Coimbra Editora, vol. 2: Tomo IV - 4ª ed. rev e atual. 2013.

MOTILLA, Agustín, *La Filiación natural y adoptiva en el derecho islámico y en los códigos de Marruecos, Argelia y Túnez: relevancia en el derecho español*, in El Derecho de familia ante el siglo XXI: aspectos internacionales, coord. Alfonso Luís Calvo Caravaca, Esperanza Castellanos Ruiz, Madrid: Colex, 2004, pp. 585 a 601.

NETO, Abílio, *Código civil anotado* - 13ª ed. act. - Lisboa : Ediforum, 2001.

NUNES, Sara Isabel Almeida, *O superior interesse da criança*; orient. Jorge Duarte Pinheiro. - Lisboa : [s.n.], 2011. - Tese de mestrado, Ciências Jurídico-Forenses, Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, 2012

PEREIRA, Maria Margarida Silva, *Direito da Família* - Lisboa; Nova Causa-Edições Jurídicas, 2016

\_\_\_\_\_ *Direito da família : elementos de estudo* - Lisboa : AAFDL, 2013.

PEREIRA, Maria Margarida Silva e Pereira, Rui Soares, *Memória e presente de direito da família* - Lisboa : AAFDL, 2010.

PINHEIRO, Jorge Duarte, *O direito da família contemporâneo* - 5ª ed. - Lisboa : Almedina, 2016.

\_\_\_\_\_ *Estudos de Direito da Família e das Crianças* - Lisboa : AAFDL, 2015.

RODRIGUES, Anabela Miranda, *O Superior Interesse da Criança*, in Estudos em homenagem a Rui Epifânio, coords. Armando Leandro, Álvaro Laborinho Lúcio, Paulo Guerra - Coimbra : Almedina, 2010, pp. 35 a 41.

ROSA, Dora Santos, *Adopção : o berço da adopção : histórias de amor* - Lisboa : Cmykgloss, 2010 - (Cadernos Solidários SCML ; 2 ).

SANTOS, Eduardo dos, *Direito da Família* - 2<sup>a</sup> ed. - Coimbra : Almedina, 1999. - Lições na Faculdade de Direito de Lisboa a partir do ano lectivo de 1977-78.

SCHACHT, Joseph, *An introduction to Islamic Law* - Delhi : Universal Law Publishing, 1997

SEABRA, António Luís de, *Apostilla á censura do Sr. Alberto Moraes Carvalho : sôbre a primeira parte do projecto do Código Civil*, Coimbra : Imprensa da Universidade, 1958.

SILVA, Sabrina Batista Barroso da, *A Convenção de Haia de 1993 e a problemática da adoção internacional no Brasil*; orient. Eduardo Correia Baptista. - Lisboa : [s.n.], 2011 - Tese de mestrado, Ciências Jurídico-Internacionais, Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, 2012

SOTTOMAYOR, Maria Clara, *Temas de direito das crianças* - Coimbra : Almedina, 2014.

\_\_\_\_\_, *Regulação do exercício das responsabilidades parentais nos casos de divórcio* - 6<sup>a</sup> ed. rev., aument. e act.. - Coimbra : Almedina, 2014.

VARELA, João de Matos Antunes, *Direito da família* - 5<sup>a</sup> ed. revista, actualizada e completada. - Lisboa : Petrony, 1999, vol. 1: 1999.

ZANETTE, Valéria Rodinéia, *Adoção internacional* - Lisboa : [s.n.], 2007. - Relatório de mestrado para a cadeira de Direitos Fundamentais apresentado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. - Orientador: Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Maria Guerra Martins.

### **Publicações Periódicas**

AYAGO, Antonia Durán, *El interés del menor como principio inspirador de la adopción internacional*, in Anuario de la Facultad de Derecho, Nº 18, 2000, pp. 355-366.

COLAÇO, Isabel Maria de Magalhães, *Estudos sobre projectos de convenções internacionais : sobre o esboço de convenção acerca da adopção internacional de crianças, emanado da conferência da Haia de direito internacional privado*, in Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. - Lisboa. - vol. 16, 1963, pp. 207-305

COSTA, Mário Almeida, *A adopção na história do direito português* - Coimbra : [s.n.], 1965. - pp. 5-30 - Sep. de: Revista Portuguesa de História, Tomo 12: homenagem ao Prof. Doutor Paulo Mêrea.

CRUZ, Guilherme Braga da, *Algumas considerações sobre a perfiliatio* - Coimbra : Coimbra Editora, 1938 - Sep. de: Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra, vol. 14.

GOMES, Carla Amado, *Filiação, adopção e protecção de menores : quadro constitucional e notas de jurisprudência* - Coimbra : Coimbra Editora - pp. 15-39 - Sep. de: Lex Familiae - Revista Portuguesa de Direito da Família, 2008.

SAIAS, Marco Alexandre, *A convenção sobre os direitos da criança* - Lisboa : Coimbra Editora, 2002. - pp. 793-850 - Sep. de: Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, vol. 43, nº 1 (2002)

SILVA, Manuel Duarte Gomes da, e Pessoa Jorge, Fernando, *O direito de família no futuro código civil : terceira parte* - Lisboa : [s.n.], 1959. - vol. 1: Introdução e anteprojecto. - Sep. de: Boletim do Ministério da Justiça, Lisboa, nº 90.

SILVA, Nuno Gonçalo da Ascensão, *A adopção internacional*, In Direito e cidadania. - Praia, 2005. - A. 7, Nº 22, pp. 93-109.

\_\_\_\_\_*A constituição da adopção de menores nas relações privadas internacionais : alguns aspectos* - Coimbra : Coimbra Editora, 2000 - (Stvdia iuridica ; 49) - Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1995.

SOTTOMAYOR, Maria Clara, *A noção da criança na lei e nas ciências sociais* In Boletim da Ordem dos Advogados. - Lisboa, 1931-. - Nº 127 (Jun. 2015), pp. 9-11.

\_\_\_\_\_*Quem são os «verdadeiros» pais: adopção plena de menor e aposição dos pais biológicos*, in Direito e Justiça. vol. 16 N.º 1, Colóquio (2002), pp. 191-241.

SOUSA, Rabindranath Valentino A. Capelo de, *A adopção : constituição da relação adoptiva*, Coimbra : Petrony, 1973 - Sep. de: Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Suplemento, vol. 19. - Dissertação em Ciências Jurídicas, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1971-72.

TOMÁS, Catarina, *Convenção dos direitos da criança: reflexões críticas*, In Infancia e Juventude, vol. 07, nº 4, (2007), pp. 121-145.

### **Publicações On-line**

*O Superior Interesse da Criança nas perspectiva do respeito pelos seus Direitos*, disponível em <http://www.iacrianca.pt/index.php/publicacoes-iac/item/632-o-superior-interesse-da-crianca-nas-perspectiva-do-respeito-pelos-seus-direitos>

DÍAZ FRAILE, Juan María, *Problemas Actuales de la Adopción Internacional* - AFDUAM, 2011, pp. 125 a 141, disponível em <http://www.uam.es/otros/afduam/pdf/15/J%20M%20Diaz.pdf>

ESTIN, Ann Laquer, *Families Across Borders: The Hague Children's Conventions and the Case For International Family Law in the United States*, in Florida Law Review, vol. 62, No. 1, January 2010, University of Iowa Legal Studies Research Paper No. 10-14, pp. 47-108, disponível em [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1561998](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1561998)

MANATA, Celso, *Superior Interesse da Criança*, 2008, disponível em <http://www.cnpcjr.pt/left.asp?12.07>

MARIANO, João Cura, *O Direito de Família na Jurisprudência do Tribunal Constitucional Português (Uma breve crónica)*, disponível em <http://julgar.pt/o-direito-de-familia-na-jurisprudencia-do-tribunal-constitucional-portugues/>

MEYER-FABRE, Nathalie, *La Convention de La Haye du 29 mai 1993 sur la protection des enfants et la coopération en matière d'adoption internationale*, revue critique, vol. 83, 1994, pp. 259-295, disponível em [http://www.meyerfabre.fr/uploadok/J4pxn4\\_pdf15.pdf](http://www.meyerfabre.fr/uploadok/J4pxn4_pdf15.pdf)

MIRANDA, Jorge, *Notas sobre cultura, Constituição e direitos culturais*, in O Direito 138º (2006), IV, disponível em <http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Miranda-Jorge-Notas-sobre-cultura-Constituicao-e-direitos-culturais.pdf>

PEREIRA, Rui Alves, *Por uma cultura da criança enquanto sujeito de direitos: o princípio da audição da criança*, disponível em <http://julgar.pt/por-uma-cultura-da-crianca-enquanto-sujeito-de-direitos-o-principio-da-audicao-da-crianca/>

RODRÍGUEZ GAYÁN, Eloy Miguel, *La actuación de la administración ante las adopciones internacionales en el marco de convenio de La Haya de 29 de mayo de 1993*, in Anuario da Facultade de Dereito da Universidade da Coruña, 2003, 7: 671-684. Disponível em <http://ruc.udc.es/dspace/handle/2183/2254>

### **Jurisprudência**

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 20-10-2009, Processo n.º 115/09.0TBPTL.S1, Relator: Sebastião Póvoas

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 18-11-2008, Processo n.º 3/08.7YRCBR, Relatora: Sílvia Pires

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 12-10-2014, Processo n.º 2265/04, Relator: Isáias Pádua

Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 19-05-2016, processo n.º 1491/15.0T8PTM.E1, Relator: Assunção Raimundo

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 04-03-2013, Processo n.º 228/11.8TBBCL.G1, Maria da Purificação Carvalho

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 03-05-2007, Processo n.º 7714/2006-2, Relatora: Ana Paula Boularot

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 06-11-2007, Processo n.º 8155/2007-7, Relatora: Isabel Salgado

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 17-11-2011, Processo n.º 3473/05.1TBSXL-D.L1-8, Relatora: Carla Mendes

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 06-12-2012, Processo n.º 56/08.8TBAGH.L1-6, Relatora: Fátima Galante

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 02-07-2013, Processo n.º 2325/08.8TBCSC.LI-1, Relatora: Teresa de Sousa Henriques

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 13-05-2014, Processo n.º 5253/12.9TBVFR-A.P1, Relator: Rodrigues Pires

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 11-10-2016, Processo n.º 1348/15.5T8GDM.P1, Relatora: Maria Cecília Agante

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 22-11-2016, Processo n.º 292/12.2TMMTS-A.P1, Relatora: José Igreja Matos